

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Departamento de Língua e Literatura Vernáculas

O SINTAGMA PREPOSICIONAL NA FUNÇÃO DE ADJUNTO  
ADNOMINAL OU COMPLEMENTO NOMINAL

Dissertação Submetida à Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do Grau de Mestre em Letras

ISOLDE DE SOUZA

FLORIANÓPOLIS

Outubro - 1975

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS

O SINTAGMA PREPOSICIONAL NA FUNÇÃO DE AD-  
JUNTO ADNOMINAL OU COMPLEMENTO NOMINAL

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À UNIVERSIDADE FEDE  
RAL DE SANTA CATARINA PARA A OBTENÇÃO DO  
GRAU DE MESTRE EM LETRAS

ISOLDE DE SOUZA

FLORIANÓPOLIS

OUTUBRO - 1975

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTEN-  
ÇÃO DO TÍTULO DE

"MESTRE EM LETRAS"

OPÇÃO LINGUÍSTICA E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PE-  
LO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

---

PROFA. SOLANGE DE AZAMBUJA LIRA  
ORIENTADORA

---

PROF. PAULINO VANDRESEN

BANCA EXAMINADORA:

---

---

---

A MEUS PAIS  
ESOSO  
FILHOS

AGRADECIMENTOS

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A PROFESSORA SOLANGE DE AZAMBUJA LIRA -ORIENTADORA

AOS PROFESSORES MARIA CAROLINA GALLOTTI KHERIG,  
HILÁRIO INÁCIO BOHN E PAULINO VANDRESEN

A TODOS QUE DE UMA MANEIRA OU OUTRA AUXILIARAM  
NA REALIZAÇÃO DESTE TRABALHO.

## SUMÁRIO

### I - INTRODUÇÃO

1.1. Situação do Problema .....	1
1.2. Delimitações .....	10
1.3. Objetivo .....	13
1.4. Metodologia .....	13
1.5. Corpus .....	19

### II- O PROCESSO DE NOMINALIZAÇÃO

2.1. Considerações .....	21
2.2. Corrente Transformacionalista .....	22
2.3. Corrente Lexicalista .....	27

### III-TEORIA DOS CASOS PROFUNDOS .....

35

### IV -ADJUNTO ADNOMINAL

4.1. Categoria e Função gramatical .....	39
4.2. Origem e Função do Artigo .....	40
4.3. Origem e Função do Pré-Artigo .....	41
4.4. Origem e Função do Pós-Artigo .....	42
4.5. Origem e Função da Oração Relativa Restritiva...	43
4.6. Origem e Função do Sintagma Adjetival .....	45
4.7. Origem e Função do Sintagma Preposicional .....	51
4.8. Características do Sintagma Preposicional na Função de Adjunto Adnominal .....	56

### V - COMPLEMENTO NOMINAL

5.1. Considerações .....	62
5.2. Características do Sintagma Preposicional na Função de Complemento Nominal .....	62

### VI- DETERMINAÇÃO DA FUNÇÃO DO SINTAGMA PREPOSICIONAL

6.1. Considerações .....	71
6.2. Sintagma Preposicional Dominado por Sintagma Adjetival .....	71

6.3. Sintagma Preposicional Dominado por Sintagma Adverbial .....	73
6.4. Sintagma Preposicional Dominado pelo Sintagma Nominal .....	75
6.5. Estruturas Profundas que Originam o Sintagma P Preposicional na Função de Adjunto Adnominal..	76
6.6. Estruturas Profundas que Originam o Sintagma Preposicional na Função de Complemento Nominal	81
6.7. Determinação de Funções Através das Preposições do Sintagma Preposicional .....	88
6.8. Sintagma Preposicional na Função de Aposto....	91
6.9. Procedimento de Análise .....	93
CONCLUSÕES .....	105
APÊNDICE .....	110
BIBLIOGRAFIA .....	114

RESUMO

Esta dissertação tenta analisar o sintagma preposicional, quando dominado por um sintagma nominal, que pode ter na estrutura de superfície, ora a função de adjunto adnominal, ora a de complemento nominal.

O objetivo principal é o de, através das estruturas profundas do sintagma preposicional, determinar qual a sua função na estrutura de superfície.

O primeiro capítulo focaliza a situação do problema e sintetiza a metodologia usada, ou seja, a da gramática gerativo-transformacional.

O segundo capítulo versa sobre o processo de nominalização e suas duas correntes: a transformacionista e a lexicalista.

O terceiro capítulo contém uma síntese da Teoria dos CASOS Profundos.

O quarto capítulo analisa as várias categorias gramaticais que podem funcionar como adjunto adnominal, detalhando especialmente a origem do sintagma preposicional.

O quinto capítulo aborda as características do sintagma nominal que domina um sintagma preposicional na função de complemento nominal.

O sexto capítulo contém uma análise das estruturas profundas do sintagma preposicional e através delas a determinação da função do SP na estrutura de superfície.

Incompleto. FAVOR FAZER correções recomendadas anteriormente.



ABSTRACT

This thesis attempts to analyze the prepositional phrase when dominated by a noun phrase. In such a construction the noun phrase has in its surface structure either the function of "adjunto adnominal" or that one of "complemento nominal".

The main purpose of this thesis is to determine through the deep structure of the prepositional phrase what is its function in the surface structure.

The first chapter states briefly the purpose of the study, its limits and its methodology which is the transformational-generative grammar.

The second chapter focuses the nominalization process and its different approaches: the transformational and the lexical ones.

The third chapter contains a synthesis of the deep structure theory.

The fourth chapter analyzes the various grammatical categories which can function as "adjunto adnominal", concentrating on the origin of the prepositional phrase. ✓

The fifth chapter describes the noun phrase characteristics when it dominates the prepositional phrase in the function of "complemento nominal".

The sixth chapter has an analysis of the deep structures of the prepositional phrase and through such structures attempts to determine its function in the surface structure.

# I - INTRODUÇÃO

## 1.1. SITUAÇÃO DO PROBLEMA

A sintaxe tem como objeto de estudo o processo de construção e as relações existentes entre os termos de uma oração. Noam Chomsky, na introdução de Syntactic Structures, p. 11, acrescenta o termo "princípios", ao lado de processo: "Sintaxe é o estudo dos princípios e processos pelos quais as sentenças são construídas em uma determinada língua". O estudo sintático adquire um outro objetivo: tentar criar uma gramática, ou um mecanismo, regido por princípios que vão capacitar a geração de orações gramaticais de uma língua. Para chegar a esta nova concepção de gramática, N. Chomsky baseia-se nos estudos lingüísticos de Port-Royal e coloca a sintaxe como centro da gramática, atribuindo-lhe dois sistemas de regras: um de base e outro de transformações. O sistema de regras de base gera as estruturas profundas que contêm a interpretação semântica e o sistema de transformações dá origem às estruturas de superfície, contendo a interpretação fonética.

O estudo das funções e relações dos termos de uma oração é o objetivo do que, didaticamente, se chama análise sintática. Esta análise deveria ser feita sobre a estrutura profunda, pois é nela que se obtém o conteúdo semântico da oração. Mas, o que se observa na realidade é que, no ensino da análise sintática, nos moldes da gramática normativa, a referida análise determina as funções dos termos na estrutura de superfície. Isto resulta em muitas ilogicidades dentro da análise sintática normativa, também chamada lógica. Assim é que, tomando-se um verbo marcado [ + ação ], o sujeito deste verbo só poderá ser um léxico [ + animado ]. No entanto, se diz que, na oração:

( 1 ) O livro foi escrito por José.

O sujeito é - o livro - quando na realidade esta oração é resul -

tante de transformações da oração básica:

( 2 ) José escreveu o livro.

O sujeito de superfície em ( 1 ) é - o livro - mas o sujeito lógico e de profundidade é - José -.

O estudo sintático feito só na estrutura de superfície não explica, por exemplo, porque se pode analisar o - que - como sujeito em:

( 3 ) A pessoa que é covarde se omite.

mas observando-se a estrutura profunda é facilmente entendido:

( 3a ) A pessoa se omite.

( 3b ) A pessoa é covarde.

( 3a ) e ( 3b ) após sofrerem transformação de deslocamento, onde ( 3b ) se insere após o sintagma nominal - a pessoa - de ( 3a ); e após transformação relativa, na qual o sintagma nominal - a pessoa - de ( 3b ) é substituído pelo - que -, superficializam-se em ( 3 ). Estes casos, como muitos outros, da referida análise, merecem ser pesquisados para um melhor entendimento da estrutura sintática da língua portuguesa e conseqüentemente maior eficiência didática.

O trabalho aqui proposto é uma tentativa de analisar, sob esta nova concepção da sintaxe, centro da gramática, a distinção feita pela gramática normativa entre adjunto adnominal ( Adj Adn ) e complemento nominal ( CN ).

Os gramáticos normativos distinguem as duas funções através de critérios semânticos, mas calcados sobre a estrutura de superfície, como: "Expressões que giram em torno do sujeito ( ou qualquer outro termo expresso por um substantivo ) para caracterizá-lo convenientemente recebem o nome de adjuntos adnominais".<sup>(1)</sup> Diz-se que adjunto adnominal é uma expressão que gira em torno de um substantivo é um conceito elaborado em referência à estrutura de superfície, pois alguns adjuntos adnominais, como os representados

pelas categorias léxicas: adjetivo ( Adj ) e sintagma preposicional ( SP ) são, na estrutura profunda, orações relativas. Depois de transformadas é que surgem na estrutura de superfície em torno de um substantivo. Assim a sentença:

( 3b ) A pessoa é covarde.

pode se superficializar em:

( 4 ) A pessoa covarde se omite.

Os conceitos relacionados nas gramáticas normativas a estas duas funções, por vezes, não correspondem à realidade total do fato. Assim é que: "A esses complementos verbais, propriamente ditos, há quem acrescente os adjetivos que acompanham nomes substantivos de ação, como transformação de um complemento objetivo ou circunstancial do verbo respectivo, que ficam então chamados complementos nominais".<sup>(2)</sup> Já se pôde observar, através do cópús elaborado, que há complemento nominal não só com os nomes substantivos de [ +ação ] , mas também com nomes substantivos de [ -ação ] - O termo - construção - é realmente um nome de [ +ação ] , que sofreu uma transformação de nominalização, conforme:

( 5 ) Estes homens construíram a estrada.

( 6 ) A construção da estrada foi feita por estes homens. Neste caso, há realmente um CN- da estrada - relacionado a um substantivo de [ +ação ] . No entanto, observe:

( 7 ) Não tenho ciência do fato.

O termo - ciência - é um nome substantivo marcado com [ -ação ] e possui um CN - do fato.

Além disso, o CN não ocorre só com termos relacionados a nomes substantivos, mas também com adjetivos e advérbios.

( 8 ) Estamos confiantes em nossa vitória.

A função de CN é exercida pelo SP - em nossa vitória - relacionado a um adjetivo - confiantes.

( 9 ) O juiz sentenciou favoravelmente ao réu.

O termo - favoravelmente - é advérbio e a ele está relacionado um SP - ao réu - cuja função é a de CN. Também não satisfaz inteiramente dizer-se que só há CN quando o nome transitivo corresponde a um verbo também transitivo, como: necessidade de - necessitar de; gosto de - gostar de; preocupação com - preocupar-se com; construção de - construir X. Esta correlação pode ser efetuada muitas vezes, mas há termos nominalizados que não têm como base um verbo e sim um nome adjetivo, não sendo possível a referida correlação: utilidade tem como base o adjetivo - útil - e não o verbo - utilizar - e - utilidade - pode dominar um SP com a função de CN:

( 10 ) Este aparelho tem utilidade a muitos doentes.

O SP - a muitos doentes - dominado pelo sintagma nominal ( SN ) - utilidade - funciona como CN. Nesta mesma situação estariam outros nomes como; bravura < bravo; bondade < bom;

A função de CN pode ser exercida ainda por um SP dominado por um nome primitivo, isto é, o que não tem como origem nem um verbo, nem outro nome:

( 10 ) Não devemos deixar de ter fé em Deus.

O SP - em Deus - funciona como CN e é dominado por um nome primitivo - fé.

Pôde-se constatar também que os exemplos dados pelos autores de gramáticas normativas podem causar dificuldades para se determinar as duas funções do SP. Evanildo Bechara<sup>(3)</sup> coloca o exemplo:

( 11 ) "A vida humana sem religião é viagem sem roteiro".

Considera que o SP - sem roteiro - tem a função de Adj Adn. Já Rocha Lima<sup>(4)</sup> exemplifica:

( 11 ) Foi transferida nossa viagem a São Paulo.

Dizendo que o SP - a São Paulo - tem a função de CN.

Como distinguir as duas funções se as estruturas superficiais de ( 10 ) e ( 11 ) são idênticas. Em ambas, nota-se que:

a) o termo dominante é viagem;

b) os termos dominados são formados por preposição mais nome substantivo: sem roteiro; a São Paulo.

Superficialmente a distinção não poderá ser notada. É preciso que se procure a estrutura profunda de cada oração e que se vejam as transformações efetuadas. A estrutura profunda dará explicações por que se considera o SP - sem roteiro - como Adj. Adn e o SP - a São Paulo - como CN, conforme análises que serão efetuadas em capítulos posteriores.

Determinar a função do SP dominado por um sintagma nominal é tarefa difícil, visto as estruturas de superfície destes SP serem idênticas. Com o intuito de se comprovar esta afirmação, foi organizado um questionário, que se encontra transcrito no apêndice, constando de trinta orações, nas quais os termos sublinhados deveriam ser classificados como Adj. Adn. ou CN. Ao lado da opção efetuada o entrevistado deveria especificar se teve ou não certeza da classificação dada. Os questionários foram distribuídos a vinte estudantes do Curso de Artes e Comunicações e a dez professores de Língua Nacional, tanto secundaristas como universitários. Feita a tabulação dos dados, pôde-se verificar divergências, conforme a seguinte tabela:

Tabela dos Resultados Obtidos da Aplicação do Questionário

Oração Número	Função	Alunos Univers.	Profes sores.	Certeza	Dúvida	Total
1	A. A.	09	07	15	01	16
	C. N.	11	03	14	-	14
2	A. A.	07	10	16	01	17
	C. N.	13	-	09	04	13
3	A. A.	12	07	15	04	19
	C. N.	08	03	06	05	11
4	A. A.	08	08	14	02	16
	C. N.	12	02	12	02	14
5	A. A.	13	09	22	-	22
	C. N.	07	01	05	03	08
6	A. A.	05	06	08	03	11
	C. N.	15	04	15	04	19
7	A. A.	09	05	13	01	14
	C. N.	11	05	16	-	16
8	A. A.	03	-	01	02	03
	C. N.	17	10	26	01	27
9	A. A.	09	07	13	03	16
	C. N.	11	03	14	-	14
10	A. A.	13	08	19	02	21
	C. N.	07	02	08	01	09
11	A. A.	03	02	01	04	05
	C. N.	17	08	21	04	25
12	A. A.	08	07	11	04	15
	C. N.	12	03	15	-	15

13	A. A.	09	08	13	04	17
	C. N.	11	02	10	03	13
14	A. A.	05	03	07	01	08
	C. N.	15	07	17	05	22
15	A. A.	07	01	07	01	08
	C. N.	13	09	07	15	22
16	A. A.	07	03	05	05	10
	C. N.	13	07	14	06	20
17	A. A.	10	08	17	01	18
	C. N.	10	02	07	05	12
18	A. A.	18	10	28	-	28
	C. N.	02	-	-	02	02
19	A. A.	07	09	14	02	16
	C. N.	13	01	11	03	14
20	A. A.	09	03	08	04	12
	C. N.	11	07	18	-	18
21	A. A.	17	10	22	05	27
	C. N.	03	-	02	01	03
22	A. A.	11	-	04	07	11
	C. N.	09	10	11	08	19
23	A. A.	19	09	24	04	28
	C. N.	01	01	02	-	02
24	A. A.	06	08	10	04	14
	C. N.	14	02	16	-	16
25	A. A.	12	10	19	03	22
	C. N.	08	-	06	02	08
26	A. A.	11	07	13	05	18
	C. N.	09	03	07	05	12
27	A. A.	09	08	15	02	17
	C. N.	11	02	11	02	13
28	A. A.	08	02	08	02	10
	C. N.	12	08	18	02	20
29	A. A.	02	05	06	01	07
	C. N.	18	05	19	04	23
30	A. A.	05	05	10	-	10
	C. N.	15	05	18	02	20



O questionário foi elaborado de modo a se poder verificar o grau de dificuldade na classificação de categorias gramaticais em Adj Adn ou CN.

As orações: 21) e 23) tinham como categoria gramatical a ser classificada um adjetivo. Esta categoria não exerce a função de CN, por este motivo foram as orações em que se teve a maior percentagem, 92%, para uma mesma classificação, ou seja, a de Adj Adn.

Já a oração 10) que também possuía um adjetivo para ser classificado, apresentou somente 70% para a classificação de Adj Adn. Isto deve ter acontecido pelo fato de haver na oração seguinte o mesmo termo dominante - conhecimento -, mas o termo dominado - caso - exerce a função de CN.

A oração 13) possuía um pronome para ser classificado e a percentagem para Adj Adn foi de 93% pelo motivo de que esta categoria gramatical não funciona como CN.

As orações restantes tinham como categoria gramatical para ser classificada um SP. Através dos resultados obtidos, pôde-se verificar os seguintes casos:

a) As orações: 8); 16); 20); 22) e 28) - tinham no SP outras preposições que não a - de -; havendo maior percentagem de classificação, 70%, para CN.

b) Nas orações onde havia a preposição - de - no SP, chegou-se a dois resultados distintos. Num primeiro caso, houve predominância para a classificação em Adj Adn. A percentagem média para as orações: 3); 5); 7); 25) foi de 68%. Isto se deve ao fato de que estas orações possuem SP mais facilmente transformados em adjetivos.

5 ) de trigo → trigais

25 ) do Brasil → brasileiro.

Esta transformação é largamente utilizada para se reconhecer a função de Adj Adn.

Nun segundo caso, obteve-se uma predominância de classificação para CN, 72%. Estão aqui incluídas as orações: 6); 11); 14); 15); 24); 29); 30). A explicação para esta predominância advém do fato de que os respectivos SP não são facilmente transformados em adjetivos:

6) campo de pesquisas → \*campo pesquisador

30) A invenção de palavras → \*A invenção palavrística.

Nas demais orações: 1); 4); 9); 12); 13); 17); 19); 27), onde também a preposição - de - estava presente no SP, apresentaram maior divergência de classificação. A percentagem média de classificação para Adj Adn, foi de 56%.

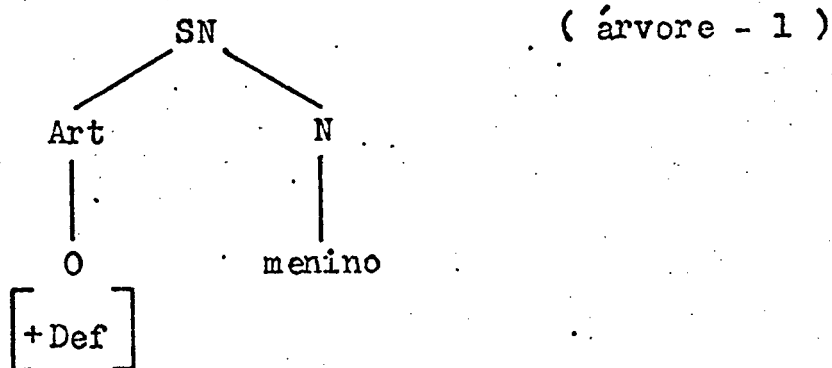
Os resultados mostraram que não há perfeito discernimento na determinação da função de Adj Adn ou CN, mesmo nos casos mais simples, isto é, nas categorias gramaticais: adjetivo ou pronome. Com a categoria gramatical - SP - as opiniões divergiram com mais intensidade. Isto veio ratificar o que já se afirmou: o reconhecimento da função do SP<sup>(5)</sup> é tarefa difícil e merece ser estudada com mais profundidade.

1.2. DELIMITAÇÕES

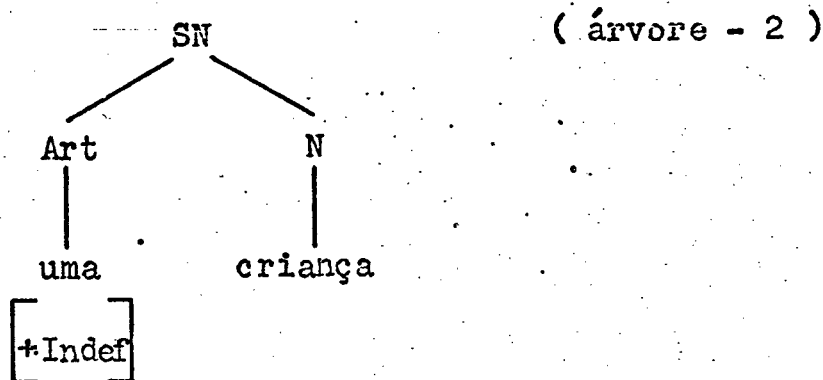
A função de Adj. Adn ocorre quando determinadas categorias lexicais são imediatamente dominadas por um SN. Entre estas categorias, encontram-se:

a) Artigo definido e indefinido, cujo símbolo categorial é Art.

( 12 ) O menino caiu da bicicleta.

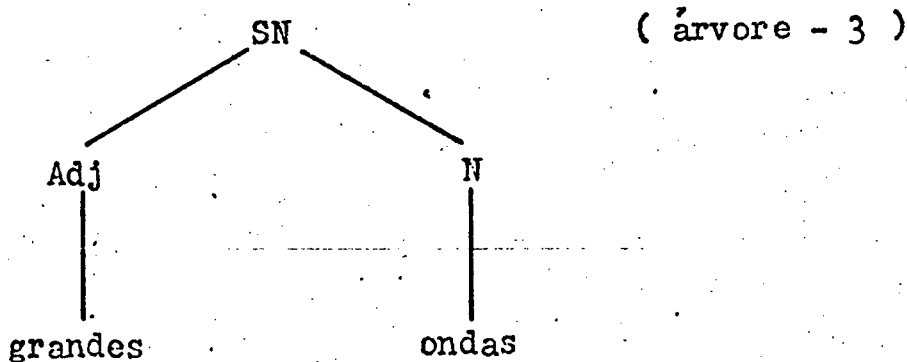


( 13 ) - Uma criança machucou-se.



b) Adjetivo - Adj.

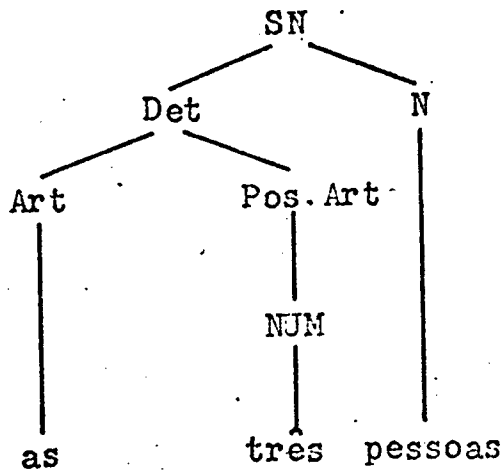
( 14 ) Grandes ondas arrastavam o barco.



c) Numeral - NUM.

( 15 ) As três pessoas desapareceram

( árvore - 4 )

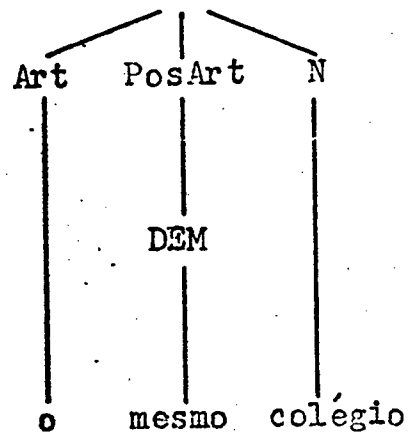
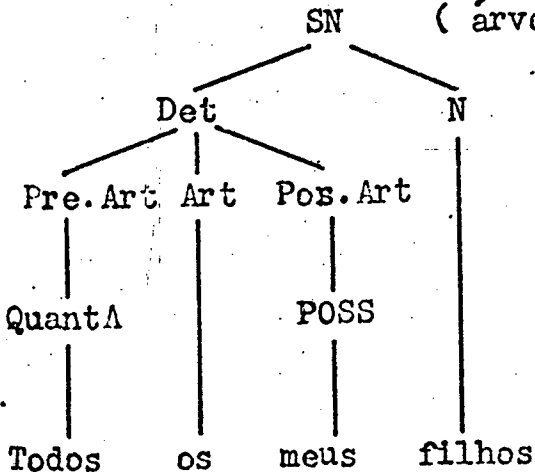


d) Pronomes adjetivos - possessivos (POSS), demonstrativo (DEM); indefinido (IND), relativo (REL); interrogativo (Pro.Int).

( 16 ) Todos os meus filhos estudam no mesmo colégio:

( árvore - 5 )

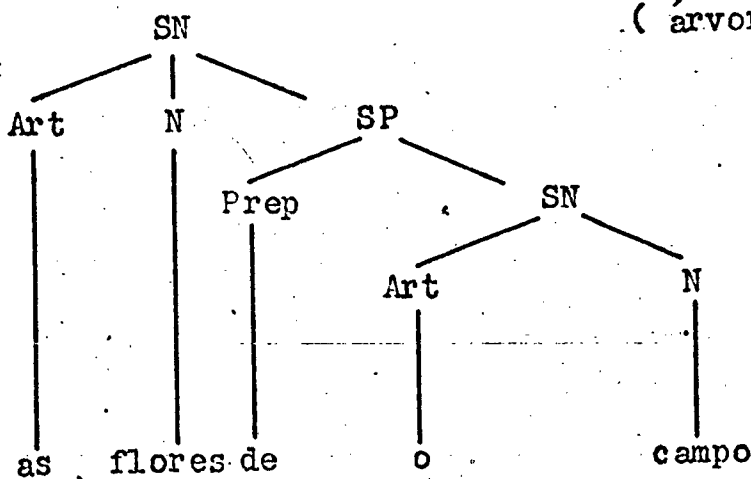
( árvore - 6 )



e) Sintagma preposicional - SP

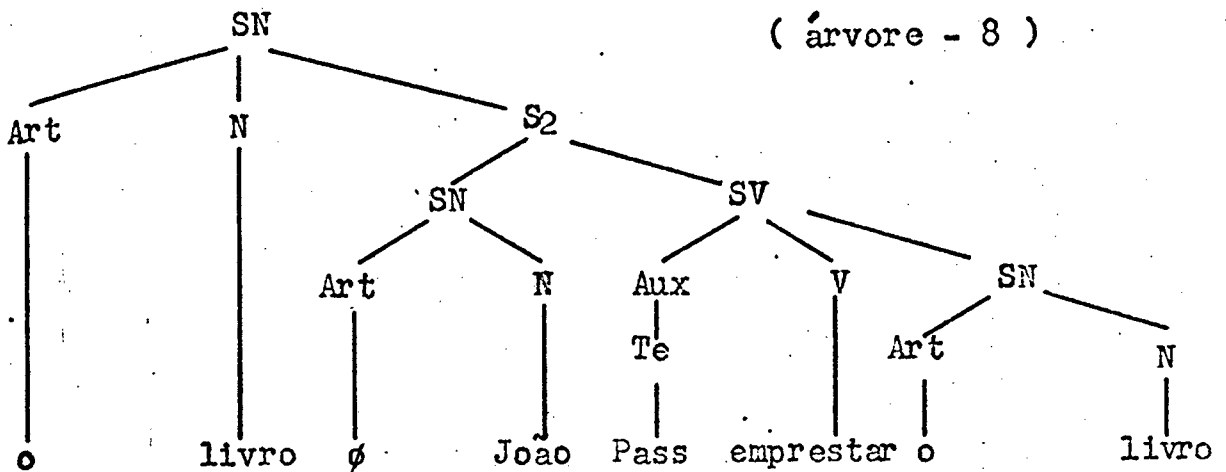
( 17 ) As flores do campo são singelas.

( árvore - 7 )



f) Oração relativa (restritiva) desenvolvida ou reduzida

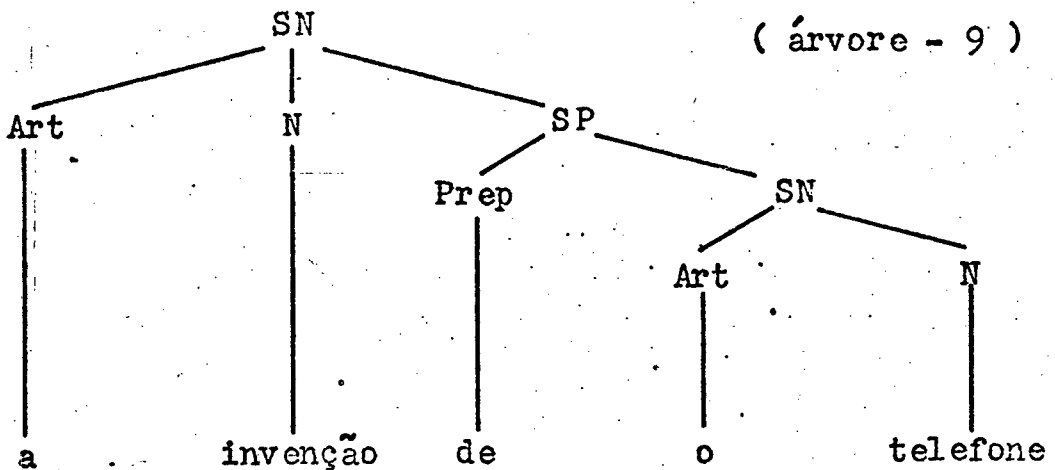
( 18 ) O livro que João emprestou é ótimo.



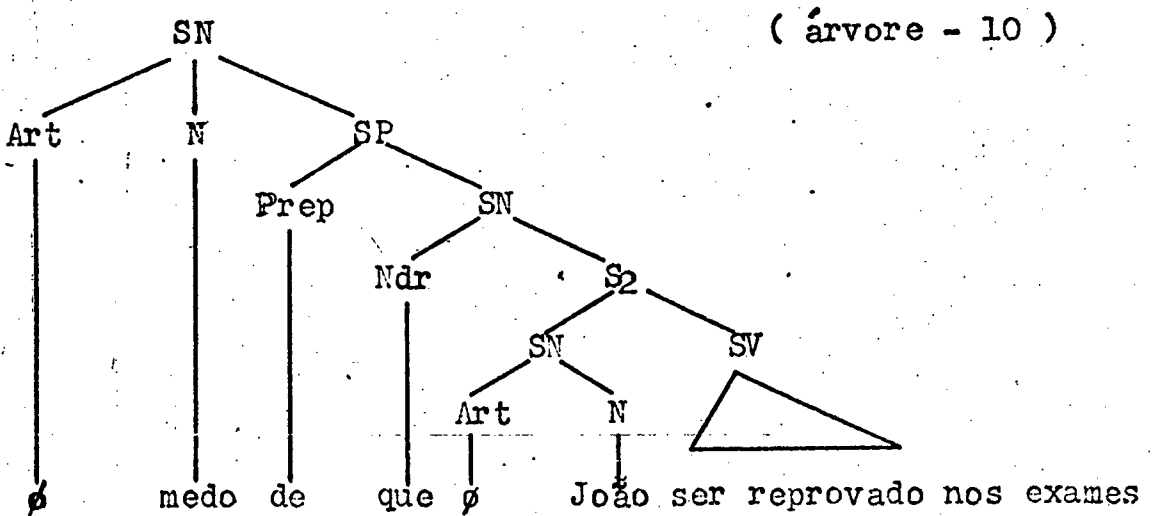
A função de CN é somente exercida pelo SP ou por uma sentença constituinte - S<sub>2</sub> - quando dominados por um SN.

a) Sintagma preposicional - SP.

( 19 ) A invenção do telefone foi útil aos homens.



( 20 ) João teve medo de que fosse reprovado nos exames.



Observando-se os diagramas - árvores ( 7 ) e ( 9 ), nota-se que os SP têm estruturas idênticas: Prep + N. Este trabalho objetiva, justamente, analisar estas estruturas, visto poderem ter funções diferentes, embora sendo SP idênticos. Os outros casos de Adj. Adn (a, b, c, d, f) não serão detalhados, pois neles a determinação da função do SP é relativamente fácil, pois a estrutura de superfície que apresentam não é similar a de termos que funcionam como CN. Este trabalho se delimitará a estudar a origem dos SP, verificando se há estruturas profundas diversas que se superficializam da mesma maneira e quais estruturas profundas que indicam a função de Adj Adn ou CN. As transformações responsáveis pelo aparecimento do SP na estrutura de superfície serão efetuadas e também serão utilizados os recursos oferecidos pelo método de trabalho da lingüística transformacional para determinar as duas funções do referido SP.

### 1.3. OBJETIVO

Através do questionário aplicado, constatou-se que a determinação de função do SP dominado por SN é um problema que deve merecer um estudo mais aprofundado para que se consiga distinguir as duas funções. Este trabalho não pretende ser conclusivo sobre este assunto, antes será uma tentativa de se verificar se há razões para se distinguir duas funções ou enquadrá-las numa só. Encontrada a resposta desta verificação, o objetivo principal será o de aplicar recursos que a metodologia da lingüística transformacional proporciona e assim chegar a regras mais gerais, na medida do possível, que unifiquem ou diversifiquem as respectivas funções.

### 1.4. METODOLOGIA

Noam Chomsky em seu trabalho Syntactic Structures analisa

três espécies de gramática:

a) Gramática de estado finito - Baseia-se na teoria matemática conhecida como processo markoviano, segundo o qual "o sistema possui um número finito de estados possíveis  $E_1 E_2 \dots, E_n$ , e, além disso, uma série de probabilidades de passagens  $p_{i(j)}$ , isto é, a probabilidade -  $p$  - de o sistema, caso se encontre no estado  $E_i$ , passar ao estado  $E_j$ ". (6)

Esta teoria aplicada à língua diria que a escolha de um símbolo - inicial seria livre, mas os símbolos subsequentes devem ser escolhidos em função do símbolo inicial. A formação de uma sentença numa língua teria um caráter consecutivo. Desta forma, tomando-se os símbolos: Art (artigo); N (nome), V (verbo), duas seqüências possíveis seriam:

ART N V    ART    N

ART    N V

Substituindo-se os símbolos pelas categorias léxicas, têm-se:

ART → O

N →  $\left\{ \begin{array}{l} \text{menino} \\ \text{livro} \end{array} \right\}$

V → ler.

As sentenças geradas seriam:

( 21 ) O menino lê o livro

( 22 ) \* O livro lê o menino.

( 23 ) O menino lê.

( 24 ) \* O livro lê.

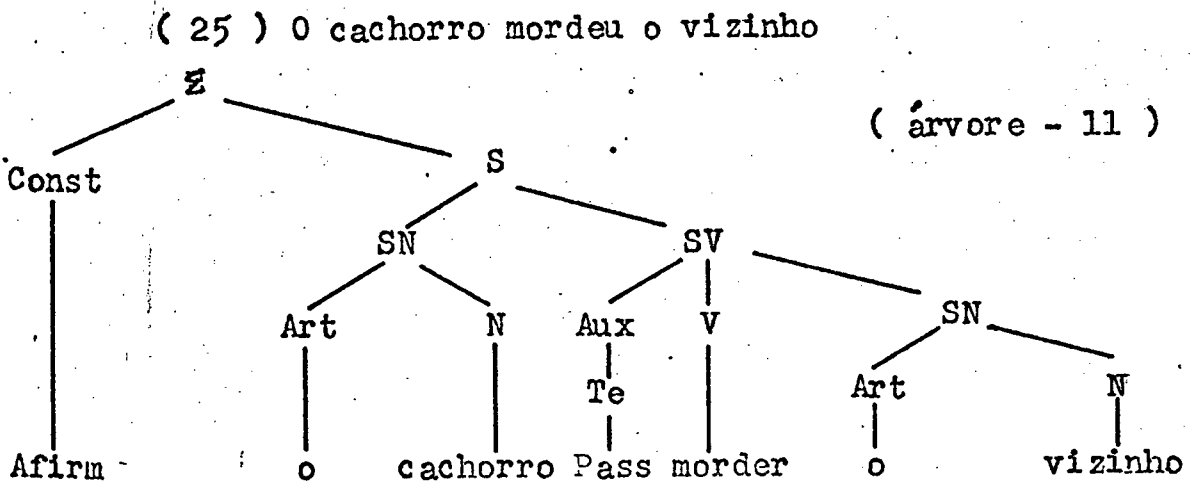
N. Chomsky rejeita este tipo de gramática por haver a possibilidade de serem geradas sentenças agramaticais. Também não dá conta de todas as sentenças de uma língua natural, pois há sentenças encaixadas não sendo, portanto, só consecutivas, conforme o processo

markoviano. Além do mais, esta teoria conceituaria uma língua como um sistema constituído de um número finito de sentenças, determinado por um conjunto finito de regras. Esta concepção iria totalmente contra a realidade de uma língua natural, pois ela possui um número infinito de sentenças.

b) Gramática Sintagmática - tem como base a teoria dos constituintes imediatos que diz ter uma língua diferentes níveis. A estrutura de um nível inferior depende do relacionamento entre os constituintes do nível imediatamente superior. A gramática sintagmática descreve estruturalmente os constituintes de uma sentença e o processo utilizado para esta descrição é o indicador sintagmático. Este indicador pode ser representado por parênteses rotulados, e.g.:

( 25 ) O cachorro mordeu o vizinho.

S(SN(Art<sup>o</sup>)Art(N cachorro)N)SN(SV(V mordeu)V(SN(Art<sup>o</sup>)Art(N vizinho)N)SN)SV) ou em forma de diagrama - árvore, e.g.:



N. Chomsky atribui a esta gramática um vocabulário e um número finito de regras de reescrever do tipo:

- S → SN + Sv
  - SN → Det + N
  - SV → Aux + GV
  - GV → { Cop    SN  
          SA  
          SP  
          V + (SN) + (SP) + (Adv) }
- .....



Esta gramática permite que um símbolo da esquerda seja reescrito novamente à direita, ou seja repetido infinitas vezes numa derivação, constituindo o que se chama de processo de recursividade. Isto iria satisfazer a proposição de que uma língua natural é um sistema infinito de sentenças e permitiria a análise das sentenças encaixadas. Porém, não explicaria as relações entre sentenças afirmativa/negativa; ativa/passiva ou transformação de uma sentença em outra de um modo geral.

c) Gramática Gerativa - transformacional - introduz um componente transformacional devido às limitações das duas gramáticas anteriores. N. Chomsky apresenta a concepção de sentenças básicas ou nucleares nas quais agiria o componente transformacional, dando origem às sentenças derivadas.

Esta gramática apresenta três níveis de representação:

- 1) as regras sintagmáticas que vão originar as sentenças nucleares;
- 2) as regras transformacionais que agindo sobre as sentenças nucleares originam as sentenças derivadas;
- 3) as regras fonológicas que dão origem às representações fonéticas.

Pode-se esquematizar esta gramática da seguinte maneira:

Componente sintático	{	regras sintagmáticas
		regras transformacionais
Regras fonológicas		

J. Katz e J. A. Fodor apresentam em 1963, na revista Language, Vol.39, um trabalho no qual expõem a necessidade de se incorporar um componente semântico à gramática de 1957. Este componente viria auxiliar na explicação de sentenças ambíguas ou sinônimas e determinar interpretações semânticas para sentenças possíveis.

J. Katz e P. Postal, 1964, fazendo um estudo sobre as sentenças imperativas, negativas e interrogativas, concluem que determinadas sentenças são relacionadas em virtude de seus marcadores - frasais subjacentes serem idênticos, ou seja, o conteúdo semântico deve estar presente na sentença nuclear.

Observações deste tipo levaram N. Chomsky a modificar o modelo de 1957, apresentando um novo modelo de gramática em 1965, Aspects of the Theory of Syntax. Foi introduzida a distinção entre estrutura profunda, contendo os dados semânticos; e estrutura de superfície, contendo os dados fonéticos. Houve também o acréscimo de outro componente - o semântico, apresentando, assim, um novo esquema para este modelo de gramática:

Componente semântico

Componente sintático { regras de base  
regras transformacionais.

Componente fonológico

Os componentes semântico e fonológico são apenas interpretativos, isto é, o semântico dá a interpretação semântica às estruturas profundas das sentenças; o fonológico dá a interpretação fonética à estrutura de superfície.

O componente sintático opera sobre a estrutura profunda, transformando-a em estrutura de superfície, ou seja, relaciona som e sentido. O componente sintático possui dois subcomponentes:

1) a base - formada por um léxico que contém um feixe de traços semânticos, sintáticos, fonológicos e regras de estrutura frasal que resultam em seqüências pré-terminais de formantes gramaticais e símbolos postíços;

2) o transformacional - converte as estruturas profundas em estruturas de superfície. Uma transformação é obrigatória (T. obrig) quando deve ser aplicada para se obter uma estrutura de su-

perífice a partir de uma estrutura profunda. É opcional ( Topc ) quando aplicada a indicadores sintagmáticos que representam estruturas superficiais para serem transformados em novos indicadores sintagmáticos.

Conforme o modelo de 1965, toda a interpretação semântica estava contida na estrutura profunda. O componente transformacional não determinava a interpretação semântica. Em 1971, N. Chomsky publica Deep structure, surface structure, and semantic interpretation onde analisa determinados casos em que a estrutura de superfície pode ser relevante para a interpretação semântica, como, por exemplo, a entoação. Assim:

( 26 ) Foi PEDRO que disse isto ?

O centro da entoação é - Pedro - tornando-se o foco da sentença, isto é, o que traz informação nova. A resposta para esta pergunta poderia ser:

( 27 ) Não, foi PAULO que disse isto.

A pressuposição é o que se obtém quando se substitui o foco por uma variável. Em ( 26 ) e ( 27 ) a pressuposição é: x disse alguma coisa.

Apesar de foco e pressuposição trazerem informações novas na estrutura de superfície, N. Chomsky continua sustentando que é na estrutura profunda que reside praticamente toda a informação semântica. Não aceita a idéia básica dos semânticos gerativistas, (Lakoff , Katz, Fodor, McCawley), os quais dizem que o processo gerativo iniciaria pelo componente semântico, cabendo ao componente sintático a função interpretativa de operar no "output" do componente semântico.

É sob o método do modelo de 1965 que se pretende efetuar o presente trabalho, acrescentando-se a teoria proposta por Char-

les J. Fillmore em seu trabalho The Case for Case, 1968, que será analisada posteriormente.

### 1.5. Cópus

Para efeito de observação, estruturação e explicação da função de adjunto e da de complemento nominal, organizou-se um cópus, no qual constam um grande número de sentenças retiradas de diversas gramáticas normativas. Estas sentenças eram dadas como exemplos de termos contidos nelas que funcionam como Adj. Adn ou CN. Outros exemplos, que se fizeram necessários para que se pudessem analisar as referidas funções, a própria autora os elaborou.

## NOTAS DO I CAPÍTULO

- ( 1 ) BECHARA, Evanildo. Licções de Português pela Análise Sintática. 9ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1972, p. 78.
- ( 2 ) CÂMERA Jr., J. Mattoso. Dicionário de Filologia e Gramática. 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. J. Ozon, 1968, p. 87.
- ( 3 ) BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 2ª ed. São Paulo Companhia Editora Nacional, p. 260.
- ( 4 ) LIMA, C. H. da Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 15ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1972, p. 210.
- ( 5 ) Sempre que for mencionada a categoria gramatical - SP - refere-se àquela dominada por - SN -.
- ( 6 ) NIVETTE, Joseph. Princípios de Gramática Gerativa. São Paulo. Pioneira, 1975, p. 10.

## II - O PROCESSO DE NOMINALIZAÇÃO

### 2.1. Considerações

Através do corpus elaborado, notou-se que o nome do SN que domina um SP, funcionando como CN, é em sua grande maioria um nome que sofreu um processo de nominalização. É este processo de nominalização que vai dar origem ao SP em determinadas situações. Por este motivo, achou-se necessário sintetizar as análises que abordam este assunto, ou sejam, a transformacionalista e a lexicalista.

Tentar-se-á extrair recursos destas análises, com a finalidade de se distinguir quando o SP exerce a função de Adj Adn e quando, a de CN.

A gramática é um sistema bem organizado, possuindo componentes intimamente relacionados, de maneira que, quando um componente é alterado, implicará, de modo geral, em alterações em outro componente. Estes componentes se contrabalançam; então, se for estendido o componente categorial de base, haverá uma simplificação no componente transformacional, ou se o componente categorial de base for restringido, deverão surgir uma série de transformações complexas.

Com base nestas duas alternativas é que foi analisado o processo de nominalização. A escolha de uma destas alternativas teve como consequência a formação de duas correntes quanto à análise do processo de nominalização.

A corrente transformacionalista optou pela restrição do componente categorial de base e ampliação das transformações.

A corrente lexicalista optou pela distensão do componente categorial de base, simplificando o componente transformacional.

## 2.2. Corrente Transformacionalista

As nominalizações relacionadas com verbos e adjetivos são analisadas por Robert B. Lees, 1960, sob o ponto de vista de que elas se derivam de transformação sintática. Esta transformação, dita generalizada, opera sobre duas sentenças, transformando-as em uma só. A sentença constituinte  $\# S_2 \#$  é encaixada no lugar de uma SN da sentença  $\# S_1 \#$ , vindo substituir o SN da  $S_2$

( 28 ) Eu espero a compreensão dos alunos.

tem como origem:

( 28a ) Eu espero SN

( 28b ) Os alunos compreenderem

( 28c ) Eu espero - qu +  $S_2$

} Obrig  
Tenc  $S_2$

O SN da  $\# S_1 \#$  - a compreensão dos alunos - tem como estrutura profunda:

$\# S_2 \#$  ( 28b ) Os alunos compreenderem

que após sofrer transformação de nominalização ( T nom ), resultará em:

( 28 ) a compreensão dos alunos.

Esta análise se baseia essencialmente na afirmação de que, partindo-se de duas sentenças:  $\# S_1 \#$  e  $\# S_2 \#$ , pode-se chegar a uma única sentença  $\# S \#$ , que terá o mesmo sentido das orações básicas, mas sua estrutura de superfície será diversa.

R.B. Lees ao analisar as nominalizações do Inglês, que são as originadas por transformações com "that", "to", "ing", as classifica em:

a) "that", nominalização factiva - onde a oração constituinte deve ser como um fato abstrato e o encaixamento desta oração é feito através de "that";

b) - "ing" - subdivide-a em:

1) nominalização de ação quando a oração encaixada faz referência à maneira de como é feita a ação;

2) gerundiva - se a oração encaixada se refere ao fato em que a ação teve lugar.

c) "to": nominalização infinitiva - que tem um certo número de pontos em comum com a nominalização em "that" e em "-ing".

J. Katz e P. Postal, 1964, também adotam este tratamento para as nominalizações, porém, fazem uma ressalva ao que foi proposto por R. B. Lees quanto à nominalização de ação e o gerundivo. Se estas têm sentidos diferentes, ou sejam, a de ação faz referência à maneira da ação e o gerundivo ao fato da ação, não podem ser originárias de uma mesma estrutura profunda.

P. S. Rosenbaum, 1967, dá um novo enfoque ao analisar as orações encaixadas, dizendo que a sentença constituinte não toma o lugar de um SN na sentença matriz, mas é um SN desta sentença - # S<sub>1</sub> # . Considera a oração complexa, não como sendo originária de uma transformação de encaixamento de # S<sub>2</sub> # em # S<sub>1</sub> # , como o fez R. B. Lees, mas sua origem é a reescritura direta de um SN. Este ponto de vista faz com que a regra de reescritura tenha que ser modificada, tendo o SN a seguinte reescritura:

$$SN \rightarrow \text{Det} + N + ( S )$$

A oração constituinte não é mais independente, já está presente no SN, tendo a função de um complemento do SN.

A oração constituinte pode também ser reescrita diretamente do sintagma verbal:

$$SN \rightarrow \left\{ v \dots \left( \left\{ \begin{array}{c} SN \\ SP \end{array} \right\} \right) S \right\}$$



tando, neste caso, a função de um complemento do verbo.

O que se pode observar é que P. S. Rosenbaum não trata diretamente de nominalizações, que seriam transformações a que as sentenças constituintes devem ser submetidas, mas das funções exercidas por estas orações. É sobre este aspecto que P. S. Rosenbaum dá uma grande contribuição, porque oferece uma explicação para a relação entre complementos verbais e nominalizações.

Nicolas Ruwet, 1968, analisa o processo da nominalização, dando um tratamento transformacionalista. Para ele a nominalização consiste na transformação de uma sentença em um nome ou em um sintagma nominal. Isto significa que uma transformação de nominalização iria encaixar a frase constituinte transformada no lugar de um nome ou de um SN na frase matriz. Analisa dois tipos de T nom: com o genitivo sujeito e com o genitivo objeto.

Com o genitivo sujeito as transformações são aplicadas na seguinte ordem:

( 29 ) A escolha do editor pelo autor surpreendeu Paulo [14] (7)

(1) R. Sintag. O + autor + Pres. + ter + PP + escolher + o + editor.

O autor tem escolhido o editor.

(2) T. passiva

O + editor + Pres + ter + PP + ser + PP + escolher + por + o + autor.

O editor tem sido escolhido pelo autor

(3) T nom

Frase matriz:

Qualquer coisa - Pres + ter + PP surpreender + Paulo

Qualquer coisa tem surpreendido Paulo

frase constituinte :

Ø + editor-Pres+ter+PP+ser+PP-escolher-por+o+autor

Ø <sup>4</sup> editor tem sido <sup>5</sup> escolhido pelo <sup>6</sup> autor <sup>7</sup>

Ø - a - escolher + Ndr - de + o + editor - por + o + autor -

Ø <sup>6</sup> escolha <sup>7</sup> do editor pelo autor

Ø <sup>6</sup> + Ndr <sup>7</sup> de + Ø

Pres + ter + PP + surpreender + Paulo

tem surpreendido Paulo

(surpreendeu)

Com o genitivo objeto a aplicação das transformações devem obedecer à seqüência:

(30) A escolha do editor surpreendeu Paulo [12]

(1) R Sintag.: Alguém + Pass + escolher + o + editor  
Alguém escolheu o editor

(2) T passiva

Ø + editor + passiva + ser + PP + escolher + por + alguém  
Ø editor foi escolhido por alguém.

(2a) T apag (alguém)

Ø + editor + Pass + ser + PP + escolher + por + alguém

1 2 3 4

1 2 3 0

Ø editor foi escolhido

(3) T nom - Frase matriz:

Ø - "qualquer coisa" - Pass + surpreender + Paulo

1 2 3

Qualquer coisa surpreendeu Paulo

Frase constituinte:

O + editor - PP + ser + PP + escolher

4

5

O editor           foi           escolhido

Art - a - escolher + Ndr + de + editor - Pass + surpreender + Paulo  
 1 Art escolha           do editor           surpreendeu Paulo.

Ruwet assinala ainda a diferença entre a transformação de nominalização dos verbos intransitivos e dos transitivos. Nos transitivos só pode haver transformação de versão ativa, onde irá aparecer um genitivo - agentivo.

( 31 ) A chegada de Pedro surpreendeu Paulo [ II ]

O SP - de Pedro - será o agentivo na estrutura profunda:

( 31a ) Pedro chegar

( 31b ) Alguma coisa surpreender Paulo.

Nos verbos transitivos a T nom pode ser de versão ativa ou passiva, sendo que nesta última surgirá um genitivo objetivo:

( 32 ) O ataque dos índios surpreendeu os colonos.

O SP - dos índios - será o agentivo:

( 32a ) Alguma coisa surpreender os colonos

( 32b ) Os índios atacar.

( 33 ) O ataque da aldeia pelos índios surpreendeu os colonos.

O SP - da aldeia - será o objetivo:

( 33a ) Alguma coisa surpreender os colonos.

( 33b ) Os índios atacar a aldeia.

( 33c ) A aldeia ser atacada pelos índios.

2.3. Corrente Lexicalista

N. Chomsky, 1965, diz que só as regras de reescritura são insuficientes para gerar unicamente frases gramaticais.

( 34 ) O menino trouxe o livro.

Esta sentença pode ser gerada através das seguintes regras de reescritura:

- S → SN + SV
- SN → Det + N
- SV → Aux + V + SN
- Det → O
- N → menino, livro
- V → trazer

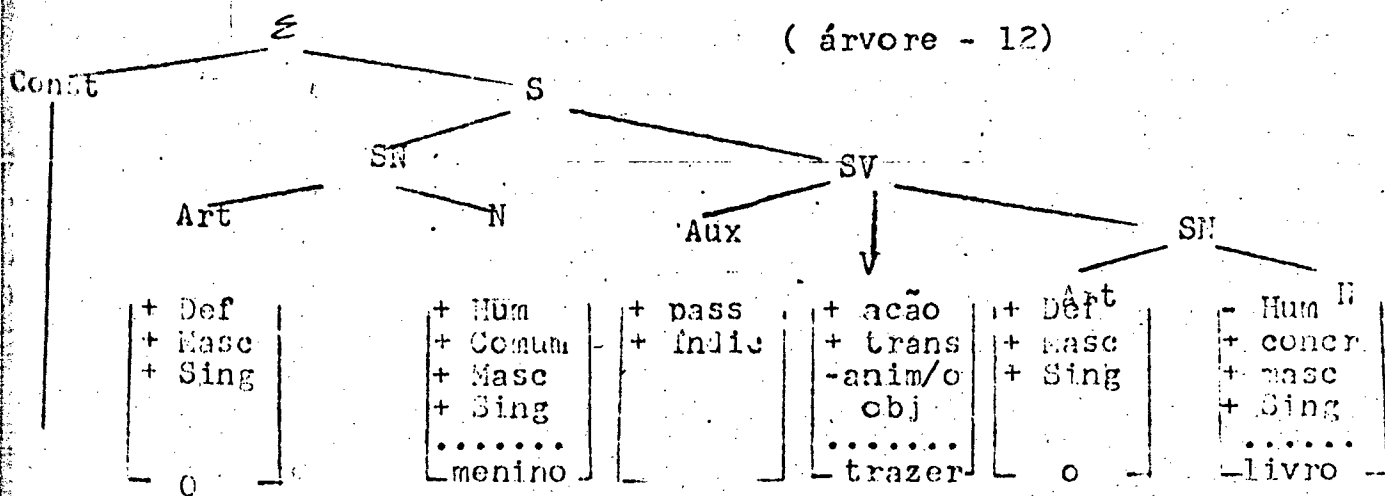
Ao se fazer a aplicação destas regras, poderia ser gerada a sentença agramatical:

( 35 ) \* O livro trouxe o menino.

Sendo a gramática um mecanismo gerador de frases gramaticais, ela deve prover uma solução para estes tipos de agramaticalidade. O problema será resolvido, associando-se ao formante léxico um conjunto de traços sintáticos. Desta maneira:

"os símbolos que representam as categorias lexicais (N, V, etc) serão analisados pelas regras em símbolos complexos, sendo cada símbolo complexo um conjunto de traços sintáticos específicos". (8)

A representação das regras de estrutura frasal no diagrama árvore, associadas aos traços sintáticos, não permitem a geração de uma oração agramatical como ( 35 ):



Esta incorporação de traços sintáticos e semânticos ao léxico permitiu dar um novo enfoque às nominalizações, subcategorizando-se o léxico. Este procedimento deu origem a uma nova corrente, no que diz respeito às nominalizações, ou nomes derivados, - a corrente lexicalista. Além de se subcategorizar o léxico, a corrente propõe também estender as regras de base. Uma oração como:

( 36 ) Luís sente fome.

pode ter como forma de estrutura profunda.

$S \rightarrow SN + V + SN,$

sendo-se à forma dada pela corrente transformacionalista:

( 36a ) Luís sente fome.

cuja estrutura profunda seria:

$S_1 \rightarrow SN + V + qu$

$S_2 \rightarrow SN + V$

resultando em:

( 37 ) Luís sente que Luís está faminto.

O principal defensor da hipótese lexicalista é N.

Chomsky, que apresenta as idéias iniciais desta hipótese em Aspectos, 1965, e as reforça e complementa em Remarks on Nominalization, 1968. Neste último trabalho N. Chomsky faz objeções ao ponto de vista transformacionalista em relação aos derivados nominais, que apresentam características dos itens lexicais, não devendo serem tratados como os gerundivos que resultam de uma frase transformada. Esta objeção à análise transformacionalista é baseada em três aspectos:

a) Questão de produtividade - a transformação da oração subjacente para as nominalizadas gerundivas é livre, mas para as

derivadas nominais é restringida:

- ( 38 ) John is easy (difficult) to please [6a]  
 João é fácil (difícil) de agradar.
- ( 39 ) John 's being easy (difficult) to please [7a]  
 João está sendo fácil (difícil) de agradar.
- ( 40 ) \*John's easiness (difficulty) to please [8a]  
 \*A facilidade de João de agradar.

b) A relação semântica entre as nominalizações com "that", "to", "ing" e a oração subjacente é constante:

- ( 41 ) John's reading that book  
 João está lendo aquele livro.

corresponde a:

- ( 42 ) John reads that book.  
 João lê aquele livro.

Entre o verbo e o nome derivado a relação semântica pode variar. Certos derivados nominais possuindo determinados traços semânticos podem ser nominalizados, com outros traços não há esta possibilidade. O derivado nominal - construção - pode significar: o objeto que foi construído, a ação de alguém construir. Da mesma forma - destruição - pode ter o sentido de ação de alguém destruir, porém - destruição - não tem sentido de coisa destruída, enquanto - construção - tem sempre o sentido de coisa construída.

- ( 43 ) Pedro construiu esta casa

- ( 44 ) Esta casa é uma construção.

Enquanto que:

- ( 45 ) Pedro destruiu esta casa.

- ( 46 ) \*Esta casa é uma destruição.

c) Estrutura interna dos derivados nominais - o derivado nominal possui a estrutura interna de um SN comum, pois ele pode ser colocado no plural:

( 47 ) As observações não foram feitas,  
 pode possuir - Pre.Art, Art e Pos.Art;

( 48 ) A primeira observação não foi feita.  
 Contudo, estes derivados nominais não podem conter aspectos, advérbio, sintagma circunstancial:

( 49 ) \*A observação delicadamente não foi feita.

Esta oração é considerada agramatical, porque o advérbio - delicadamente - está dominado pelo N - observação. Pode ser gramatical, desde que se considere o advérbio dominado pelo SV.

Estas observações apresentadas por N. Chomsky, permitem modificar a regra de reescritura do SN, que não deverá mais ser:

$$SN \rightarrow \text{Det} + N + ( S )$$

mas sim:

$$SN \rightarrow \text{Det} + N + ( \text{Comp} )$$

onde Comp representa os constituintes que podem aparecer junto ao N : SP, SN + SP, SN +  $\Sigma$  , que também são constituintes de um verbo. Assim, o nome e o verbo têm os mesmos traços contextuais, podendo constituírem o nó dominante do sintagma complexo. Então, avaliar / avaliação teriam o mesmo item lexical e a escolha seria feita através de traços categoriais entre os quais  $\begin{bmatrix} + V \\ + N \end{bmatrix}$

Se a escolha fosse  $\begin{bmatrix} + N \end{bmatrix}$  , a regra morfofonológica realizaria o item lexical como - avaliação; se fosse  $\begin{bmatrix} + V \end{bmatrix}$  , o item será realizado como - avaliar.

A relação entre as equivalências - avaliar/avaliação - existe, res-

ta saber se a explicação para esta relação deve ser dada ao componente transformacional, que iria transformar - avaliar - através de uma transformação afixal, resultando: avaliar + ção. Ou ao componente de base, onde - avaliar/avaliação - seriam um mesmo item lexical, que teria realizações diferentes, dependendo do contexto.

Em Aspects, 1965, N. Chomsky ressalta que verbetes como - avaliar ou confiar - é que devem ser registrados no léxico e possuindo determinados traços que permitam a forma fonética adequada no nome. As regras fonológicas devem dar conta de:

Nom + destruir → destruição

Nom + confiar → confiança

Para que as regras fonológicas tivessem uma adequada aplicação, a fim de formar as representações fonéticas, seria necessário formular a estrutura interna dos formantes léxicos. N. Chomsky propõe que os derivados poderiam ser registrados no léxico como:

a) ( $R_1$  + ção  $F_1 \dots$  )

b) ( $R_2$  + ança  $G_1 \dots$  )

onde  $F_1$  e  $G_1$  representam traços específicos. Esta seria a regra léxica geral. Por outro lado, o léxico conteria termos que substituiriam as categorias de ( a ) e ( b ):

c) ( destrui, +  $R_1 \dots$  )

d) ( confi, +  $R_2 \dots$  ).

Ao ser feita esta extensão de derivações de base no léxico, tem-se que formular com cautela a regra que substitui - R - pelos elementos ( c ) e ( d ), pois devem ser levados em conta os traços destes elementos que estão sendo analisados. A raiz -  $R_1$  - só pode ser reescrita por - destrui - no contexto - ção - quando os traços  $F_1 \dots$  assinalam que ela é transitiva, que só pode possuir sujeito animado



não agente, pois se isto não for levado em conta, a  $R_1$  pode ser reescrita como: destrui + dor.

N. Chomsky diz:

"Precisamente, como tais regras deveriam ser formuladas não é em absoluto claro para mim". (9)

Apresenta, contudo, duas alternativas:

a) determinar as restrições por meio das especificações de traços de ( a ), ( b ) e ( c ), ( d ) e a reaplicação da regra léxica se incumbiria da inserção apropriada dos itens lexicais;

b) o léxico conteria as regras de reescritura dependentes do contexto para efetuar estas extensões das derivações de base. A primeira alternativa seria melhor, já que não afeta a estrutura do léxico, mas N. Chomsky observa que não sabe se este enfoque será possível quando formulado em detalhes. A estrutura interna dos formantes léxicos é complexa e aberta, conforme as próprias palavras de N. Chomsky, 1965, p. 192:

"Em todo caso, as questões que temos tocado aqui, não têm sido iluminadas de uma maneira séria, enfocando-as dentro da estrutura de alguma teoria gramatical explícita. No momento, dificilmente se pode ir além de mero arranjo taxonômico dos dados. Se estas limitações são intrínsecas, ou se uma análise mais profunda pode conseguir aclarar algumas destas dificuldades, permanece uma questão tão aberta".

N. Chomsky propõe soluções mais concretas em Remarks on Nominalization a respeito do tratamento que se deve dar ao componente de base e de como deve ser feita a inserção lexical. Tomando-se os cognatos: observar/observação, dir-se-ia que eles possuem os mesmos traços como [+ Suj/animado] ; [+ transitivo] ; etc; com a ex-

ção de [+ V] e [+ N.] Assim o verbete observar seria um item lexical abstrato, isto é, não marcado [+ V] nem [+ N.] O item lexical abstrato tomaria a forma - observar desde que estivesse dominado por um nó - V-, incorporando as características de - tempo, aspecto, - etc. Se o nó dominante fosse um N, o item lexical abstrato toma a forma de - observação.

## NOTAS DO II CAPÍTULO

- ( 7 ) O número colocado entre colchetes à direita do exemplo ou do diagrama - árvore, indica que o exemplo e o número são os utilizados pelo autor em questão.
- ( 8 ) CHOMSKY, Noam. Aspectos de la Teoria de la Sintaxis. Madrid, Ed. Aguilar, 1971. Tradução de C. P. Otero, 1965. p.79 .
- ( 9 ) CHOMSKY, Noam. 1965, opus cit. p. 188.

III - TEORIA DOS CASOS PROFUNDOS

Charles J. Fillmore, 1966 b e 1967 a, propõe uma análise das relações sintáticas e semânticas que subjazem na estrutura profunda através da Teoria dos CASOS<sup>(10)</sup> Profundos. Estas relações sintáticas e semânticas, comuns a todas as línguas, dizem respeito aos verbos e aos sintagmas nominais associados a eles. Em algumas línguas as relações casuais não se manifestam na estrutura de superfície, como o português, o francês, o inglês, sendo, portanto, categorias cobertas. Já o latim e o alemão têm categorias descobertas para assinalar as relações casuais. A sintaxe é o centro desta teoria e o componente semântico é constituído de traços relativos aos elementos lexicais.

Uma série de n casos diferentes, pois cada caso só pode aparecer uma vez, associado a um verbo formariam uma proposição.<sup>(11)</sup>

Entre os casos, há os que definem funções como:

Agentivo ( A ) - quem faz alguma coisa; o caso do tipicamente animado.

Dativo ( DAT ) - a quem alguma coisa acontece; o caso do animado sendo afetado pela ação ou estado do verbo.

Objetivo (OBJ) - o que se faz; o mais neutro dos casos ; ( NEUT ) estando diretamente relacionado ao verbo; a interpretação semântica deste caso independente do verbo é mínima.

Locativo (LOC) - onde alguma coisa acontece; este caso identifica o local ou espaço da ação ou estado do verbo.

Instrumental ( INSTR ) - com que se faz alguma coisa; é o caso do objeto inanimado envolvido na

ação ou estado do verbo.

Estes casos apresentam conceitos universais que qualquer ser humano faz, sobre tudo o que acontece: quem?, a quem?, o que?, onde? com quem?, etc. Muitos outros casos poderiam ser relacionados e desta forma todas as línguas seriam descritas dentro de uma teoria geral da linguagem, pois embora algumas línguas não apresentassem todas as estruturas de casos na base, teriam, pelo menos, alguns deles.

Estas funções casuais são dados de estrutura profunda que não correspondem exatamente às funções de sujeito, objeto, etc, estas são funções de estrutura de superfície. Tome-se como exemplo as orações:

( 50 ) João quebrou a janela com o martelo. [13a]

AGT                      NEUT                      INSTR

( 51 ) João quebrou a janela [13b]

AGT                      NEUT

( 52 ) O martelo quebrou a janela [13c]

INSTR                      NEUT

( 53 ) A janela quebrou [13d]

NEUT

As funções casuais dos exemplos acima realmente não correspondem às funções sintáticas dadas nas estruturas de superfície. Através de transformações, as funções casuais da estrutura profunda podem exercer outras funções na estrutura de superfície. Assim é que, a função de sujeito exercido por - janela - na estrutura de superfície poderia ocorrer: na sentença ( 53 ) quando não houvesse objeto nem instrumental.

Na sentença ( 52 ) - martelo - teria a função de sujeito quando houvesse objeto, mas não SN animado e nem instrumental.

O significado das relações entre as orações de [13] não são expli-

pelas regras de subcategorização e de seleção, conforme o no-  
anects, 1965, mas a Teoria dos Casos subjacentes resolveriam  
 parte os problemas das relações de funções. Esta teoria explica-  
 porque o verbo - quebrar - poderia ser substituído por um equi-  
 -ate - golpear - em [13a] e [13b] e não em [13c] e [13d],  
 o verbo golpear requer sempre um agente e instrumento, enquan-  
 - quebrar - não.

A teoria dos casos é adotada nos trabalhos constantes em  
Major Syntactic Structures of English. Nestes trabalhos a forma  
 entradas lexicais tem como ponto de partida o que é apresentado  
 Friedman e Bredt, 1968, onde o léxico é associado a um símbolo  
 complexo, contendo quatro tipos de traços:

- a) os categoriais - indicam a categoria do léxico, como:  
 verbo, nome, adjetivo, etc;
- b) os contextuais - representados pela estrutura do caso,  
 aparecendo os traços:  
 agentivo, dativo, locativo, etc;
- c) os inerentes - representados por +/- animado ;  
 +/- humano ; +/- abstrato ; etc;
- d) os de regra - especificam-se numa determinada regra  
 poderia ou não ser aplicada.

Desta forma, o léxico - informar - é marcado como:

informar	
+	V
+	- + NEUT + DAT - LOC - INS + AGT
+	DAT Obj
+	Prep NEUT de

Os recursos que esta Teoria proporciona serão utilizados, para  
 mais correta distinção entre as funções sintáticas de Adj ADr  
 embora estas sejam funções de estrutura de superfície.

## NOTAS DO III CAPÍTULO

( 10 ) Os termos CASO ou CASOS serão escritos com todas as letras maiúsculas para distinguir do significado de caso = acontecimento.

( 11 ) A proposição tema a seguinte reescritura:

$$\text{Prop} \rightarrow V + C_1 + C_2 + \dots + C_n$$

portanto, é sempre um verbo mais n CASOS diferentes.

A proposição: João machucou o pé na escada-teria como reescritura:

$$\text{Prop} \rightarrow V + A + O + \text{Loc}$$

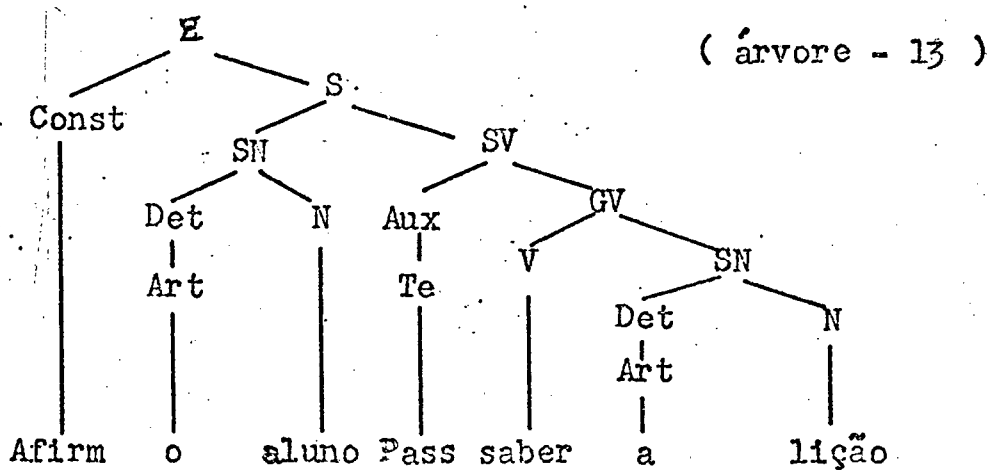
## IV - ADJUNTO ADNOMINAL

### 4.1. Categoria e Função Gramatical

( 54 ) O aluno soube a lição.

Nesta sentença - O aluno - é representado pelo símbolo SN e - soube a lição - pelo símbolo SV. Os símbolos SN e SV são categorias gramaticais e podem desempenhar a função de sujeito e a de predicado, respectivamente.

N. Chomsky, 1965, <sup>(12)</sup> diz que a noção de sujeito, a de predicado, a de objeto, etc, é uma noção inerentemente relacional. Esta noção pode ser deduzida diretamente das regras de reescritura ou do indicador sintagmático, não havendo necessidade de se formular regras específicas para a noção de função. Representando-se a sentença ( 54 ) no diagrama - árvore, tem-se:



O posicionamento das categorias gramaticais no diagrama - árvore - permite deduzir que a posição ocupada pela categoria gramatical no ramo à esquerda que parte de - S - exerce a função de sujeito.

A categoria gramatical no ramo à direita de - S - tem a função de predicado; a que está à esquerda do SN, tem a de Adj. Adn e a que está à direita do GV tem a de Objeto direto. Esta dedução de funções é mais fácil quando se refere a categorias que estão num nível mais alto, porém uma certa dificuldade é encontrada quando se tenta relacionar a função de categorias gramaticais em níveis mais baixos.

Como já foi demonstrado no capítulo anterior, várias ca-



categorias gramaticais, dominadas diretamente por um SN podem ter a função de Adj. Adn.

Entre estas categorias, têm-se: a) artigo; b) adjetivo; c) numeral; d) pronome adjetivo; e) sintagma preposicional; f) oração relativa (restritiva). As categorias: b) adjetivo e e) sintagma preposicional serão objetos de uma análise mais detalhada, enquanto que sobre as outras categorias serão feitos breves comentários sobre suas origens e funções.

#### 4.2. Origem e Função do Artigo

O artigo é uma categoria dominada no nível mais alto por um SN e dominado imediatamente pela categoria Det. A regra de reescritura será:

$$\text{SN} \rightarrow \text{Det} + (\text{SA}) + \text{N} + (\text{SP})$$

O Det é um constituinte obrigatório, pois o artigo, que faz parte deste Det, é o elemento necessário para determinar o gênero dos nomes. Segundo J. Dubois e F. Dubois - Charlie<sup>(13)</sup> a reescritura do Det é:

$$\text{Det} \rightarrow (\text{Pre. Art}) + \text{Art} + (\text{Pos. Art})$$

O artigo é o constituinte obrigatório e pré-artigo e pós-artigo os facultativos. A reescritura do Det em três constituintes se faz necessária, visto que os léxicos da cadeia terminal possuem traços distintivos que não permitem enquadrá-los num mesmo símbolo complexo.

A origem do Art é feita diretamente através de retranscrição:

$$\text{Det} \rightarrow (\text{Pre. Art}) + \text{Art} + (\text{Pos. Art}).$$

No entanto, torna-se necessário subcategorizar o Art em  $[ \_ + \text{Def} ]$  para que se efetue a escolha de qual artigo a ser inserido. O Art seria, portanto, gerado por regras transformacionais locais, onde o item lexical é inserido através do símbolo complexo.

Mary Aizawa Kato<sup>(14)</sup> ao analisar a origem do artigo chega à conclusão de que ele é de fato gerado por transformação, mas com a concorrência de elementos não analisáveis na teoria - padrão (1965) como: foco, pressuposição, índices e natureza do conjunto referencial.

Não é propósito deste trabalho discutir as origens dos elementos reescritos à direita do Det, como Art, mas apenas considerar em que condições terão a função de Adj. Adn. Se o Art é dominado por um SN e está posicionado no indicador sintagmático à esquerda do nome, conforme árvores nº 1 e nº 2, terá sempre a função de Adj. Adn. Esta função tanto pode ser exercida pelo artigo de finido, cujo item lexical é marcado:

[ + Def ] ; [ ± Sing ] ; [ ± masc ] , como pelo artigo indefinido, marcado:

[ + Indef ] ; [ ± sing ] ; [ ± masc ] .

#### 4.3. Origem e Função do Pré-Artigo

O Pré-Art é introduzido através de reescritura do tipo:

Det → (Pré.Art) + Art + (Pos.Art)

sendo um constituinte facultativo. A sua posição no indicador sintagmático é a esquerda do Art, conforme árvore nº 5, dominado por um SN. A categoria lexical que ocupa esta posição é o pronome - adjetivo indefinido e outros itens lexicais como: quase, só, um par de, mais de, etc.

Jean Dubois e Françoise Dubois - Charlie<sup>(15)</sup> apresentam este Pré-Art reescrito como:

Pré. Art →  $\left\{ \begin{array}{l} \text{Quant. A} \\ \text{Quant. R} \end{array} \right\}$

O Quant. A (quantificador absoluto) refere-se a todos os elementos de um determinado conjunto n e é representado lexicalmente por:

Quant.R → { bastante, cada, algum,  
outro, mais de, só,  
qualquer, quase... }

Essa maneira de reescrever o Pre.Art também é válida para o presente estudo, pois toda categoria gramatical descendente do SN, reescrita à esquerda do Art e cujos itens lexicais aceitam os traços [Quant.A] ou [+ Quant.R] terão a função de Adj.Adn.

#### 4.4. Origem e Funções do Pós-Artigo

O Pós.Art é descendente do SN, aparecendo como elemento facultativo através da reescritura do Det:

Det (Pre.Art) + Art (Pos.Art)

sendo também originado por uma transformação local.

Sua posição no indicador sintagmático é à direita do Art, conforme árvores números 4, 5 e 6. O Pos.Art pode ser reescrito por sua vez

por:

Pos.Art → { Num.  
Poss.  
Dem.  
Rel.  
Pro.Int }

Embora os elementos reescritos à direita de Pos.Art suprimam a presença do Art em algumas construções:

( 55 ) Dois e dois são quatro.

( 56 ) Meu tio chegou.

( 57 ) Esta cidade é acolhedora.

( 58 ) As árvores que não dão frutos serão cortadas.

( 59 ) Que horas são?

em outras construções, estes mesmos elementos aparecem após o Art:

( 60 ) As duas casas foram vendidas.

( 61 ) As tuas ações são corretas.

- ( 62 ) O mesmo menino trouxe a resposta.  
 ( 63 ) Esse foi um pormenor do qual todos se esqueceram.  
 ( 64 ) Ao qual te referes ?

por este motivo, resolveu-se colocar estas categorias gramaticais co-  
 o PosArt. Este PosArt representado pelas referidas categorias te-  
 rá sempre a função de Adj Adn .

#### 4.5. Origem e Função da Oração Relativa Restritiva

A oração relativa restritiva origina-se através de  
 uma transformação generalizada por encaixamento, chamada de transfor-  
 mação de relativização. A relativização encaixa a sentença consti-  
 tuinte  $-S_2$  - na sentença matriz  $-S_1$  .

( 65 ) A pessoa não merece crédito.

( 66 ) A pessoa é mentirosa.

A sentença matriz  $-S_1$  - é ( 65 ) e a sentença constituinte  $-S_2$  -  
 é ( 66 ). Para que haja a relativização as condições exigidas são:

1) identidade de itens lexicais em  $S_1$  e  $S_2$  , que, no caso,  
 é o SN - a pessoa - ;

2) identidade de referência - o item lexical de  $S_1$  - a  
 pessoa - e o de  $S_2$  - a pessoa - devem ter o mesmo significado;

3) Contigüidade dos itens lexicais idênticos - ao ser fei-  
 to o encaixamento o item lexical de  $S_2$  idêntico ao de  $S_1$  deve ser  
 colocado após este.

Então, encaixando-se  $S_2$  em  $S_1$  , tem-se :

a pessoa a pessoa é mentirosa não merece crédito.

DE : X Art N Art N Cóp Adj Y Adv V N Z  
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

ME : 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 Obrie  
 1 2 3 qu 6 7 8 9 10 11 12 Trel →

A + pessoa + que + Pres + ser + mentirosa + não + Pres  
+ merecer + crédito.

Esta seqüência tem como realização de superfície:

( 67 ) A pessoa que é mentirosa não merece crédito.

Sobre esta sentença ( 67 ) pode-se aplicar uma transformação opcional de apagamento de [qu + cóp] , resultando em:

( 68 ) A pessoa mentirosa não merece crédito.

Afirma-se aqui, por antecipação, mas que será analisado posteriormente, que o adjetivo dominado por um SN tem sempre a função de Adj. Adn. Então, o adjetivo-mentirosa - de ( 68 ) tem a função de Adj. Adn. Comparando-se ( 67 ) e ( 68 ), vê-se que semanticamente são equivalentes. Pode-se então afirmar que a oração constituinte de ( 67 ) - que é mentirosa - tem o mesmo valor do adjetivo de ( 68 ) - mentirosa. Se o adjetivo - mentirosa - tem a função de Adj. Adn, então - que é mentirosa - também exerce a mesma função. Por este motivo, considera-se que a oração relativa restritiva tem a função de Adj. Adn.

Colocou-se o termo - restritiva - porque há outro tipo de relativização em português, que não se origina de uma transformação de encaixamento, mas de uma conjunção:

( 69 ) Tio Pedro, que era advogado, discursava bem:

Esta oração provém da conjunção de:

( 70 ) Tio Pedro discursava bem:

( 71 ) Tio Pedro era advogado.

após sofrer relativização resulta em ( 69 ). Se for efetuada a transformação opcional de apagamento de [qu + Cóp] o resultado será:

( 72 ) Tio Pedro, advogado, discursava bem:

O constituinte - advogado - de ( 72 ), equivalente à sentença -

que era advogado - de ( 69 ), não funciona como Adj. Adn, mas como aposto. A função do aposto não é a de qualificar um nome, mas a de esclarecer ou individualizar o nome, como ocorre em ( 72 ).

#### 4.6. Origem e Função do Sintagma Adjetival

O Adj tem sido analisado de duas maneiras no tocante a sua origem: considerá-lo já presente na estrutura profunda ou considerá-lo como resultante de uma transformação de apagamento de [ qu + Cóp ] .

G. Lakoff, 1970, diz que o adjetivo tem um comportamento sintático muito semelhante ao do verbo, devendo-se, por isto, enquadrar-se adjetivo e verbo numa mesma categoria: Verbal . A distinção entre as duas categorias gramaticais seria feita, dando-se ao adjetivo o traço [ - V ] e ao verbo o traço [ + V ] . Neste estudo , G. Lakoff apresenta nove situações comprovando a semelhança de comportamento sintático entre as duas categorias gramaticais.

A título de exemplificação, considerem-se:

a) Muitos adjetivos e verbos podem ter ou não o mesmo tipo de sujeito e objeto. Assim:

( 73 ) Maria conhece o caso.

( 74 ) Maria está ciente do fato.

( 75 ) \*A porta conhece o caso.

( 76 ) \*A porta está ciente do fato.

onde determinados verbos e adjetivos selecionam um sujeito que só pode ser [ + humano; + animado ]

b) Adjetivos e verbos ora podem ter um imperativo, ora não:

( 77 ) Faça barulho!

( 78 ) Seja barulhento!

( 79 ) \*João, pode com isto!

( 80 ) \*João, sê mais alto!

Baseado nestas e em outras semelhanças é que G. Lakoff acha que ambas as categorias devem ter o mesmo tratamento.

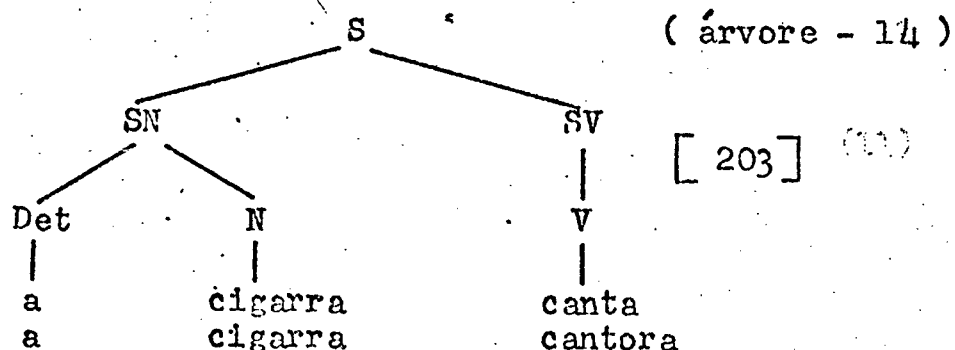
J. Robert Ross, em seu trabalho Adjectives As Noun Phrases, aceita a posição de G. Lakoff referente à origem do adjetivo, mas não a justifica.

R. Jacobs e F. Rosenbaum, 1968, não tomam uma posição definida quanto ao fato de se considerar adjetivo e verbo como mesmo tipo de constituinte na estrutura profunda. Dizem, apenas que alguns gramáticos encontraram razões, como as apresentadas acima, para considerá-los um só constituinte na estrutura profunda.

E que outros gramáticos não aceitam este ponto de vista, pois, da mesma forma, poder-se-ia também dizer que adjetivo e nome substantivo têm um mesmo tipo de constituinte na estrutura profunda. Finalizam dizendo que o ponto de vista de se considerar adjetivo e verbo como mesmo tipo de constituinte na estrutura profunda explica muitos fatos, mas que por enquanto não se pode aceitá-lo como provado ou conclusivo.

José Marcelino Poersch, em sua dissertação de mestrado (16), analisa a gênese da oração relativa e sua conseqüente redução. Ao colocar o adjetivo como adjunto adnominal diz que o adjetivo não pode ser considerado como produto de uma redução relativa, mas que já está presente na estrutura profunda, pertencendo, juntamente com o verbo, a uma categoria única [Verbal].

Para ele, o verbo e o adjetivo apresentariam o mesmo marcador de frase:



Diz ainda, que a cópula não aparece na estrutura profunda, quando a categoria verbal for marcada [-V], mas que poderia aparecer, opcionalmente, através de uma transformação de cópula na estrutura de superfície. A cópula ao ser introduzida, serviria somente para marcar, modo, tempo e pessoa.

Este tratamento dado à cópula, opõe-se aos resultados da análise de J. R. Ross, Adjectives As Nouns Phrases (17), onde J. R. Ross mostra que a cópula é um verdadeiro verbo, isto é, tem o mesmo comportamento de qualquer outro verbo. A cópula toma na estrutura profunda um SN como objeto, sendo similar a outros verbos como: tentar, saber, querer, etc. Assim:

Henrique está X [ 4 ]

Henrique faminto

Alice tentou X [ 6 ]

Alice tossir

A estrutura [ 4 ] se superficializa em:

Henrique está faminto [ 9 ]

A estrutura [ 6 ] se superficializa em:

Alice tentou tossir

J. R. Ross continua comparando o comportamento sintático da cópula com os outros verbos e chega à conclusão de que a cópula já existe na estrutura profunda, não sendo resultado de uma transformação.

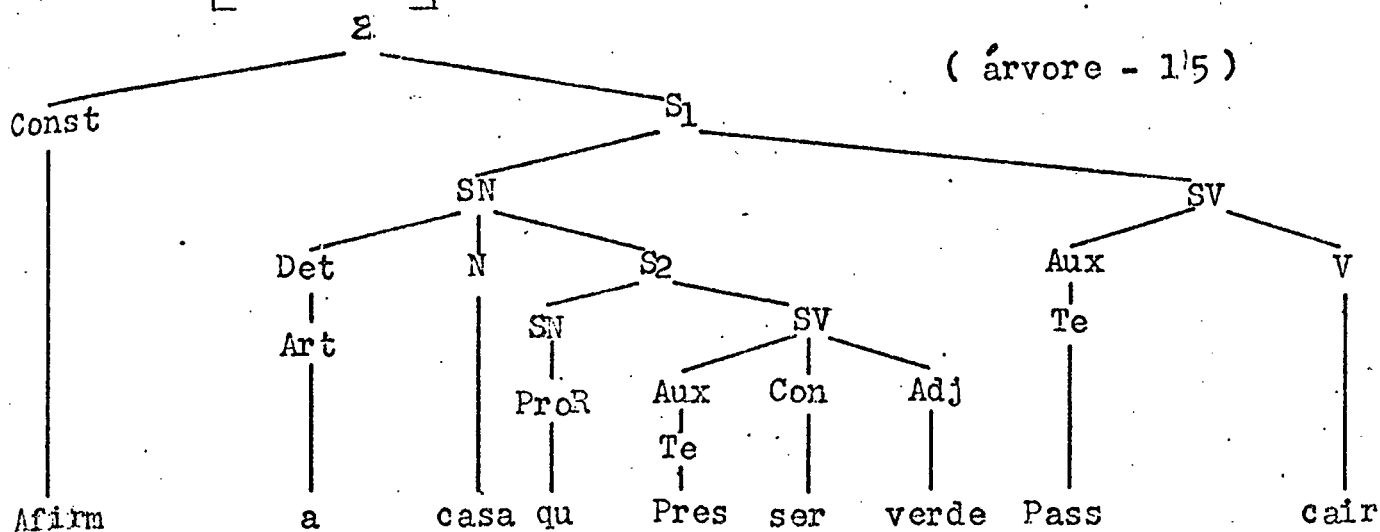
Em outros trabalhos encontrou-se uma abordagem diferente relativa à origem do adjetivo. A aplicação de uma transformação opcional de apagamento de [qu + Cóp], da oração relativa restritiva, daria origem ao adjetivo:

( 81 ) A casa que é verde caiu.

Esta sentença possui a oração constituinte - que é verde - na qual está presente um pronome relativo - que - precedendo uma cópula. E

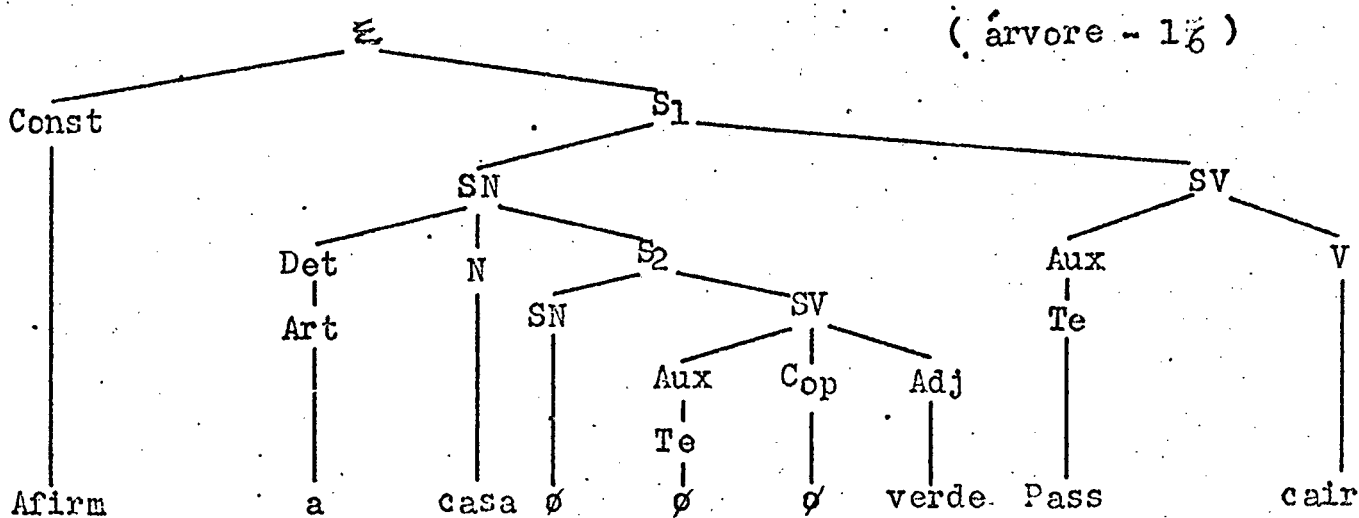


quando o pronome relativo precede um constituinte marcado [+Cóp], há possibilidade de se aplicar a transformação opcional de apagamento de [qu + Cóp]. O indicador sintagmático de (81) é:

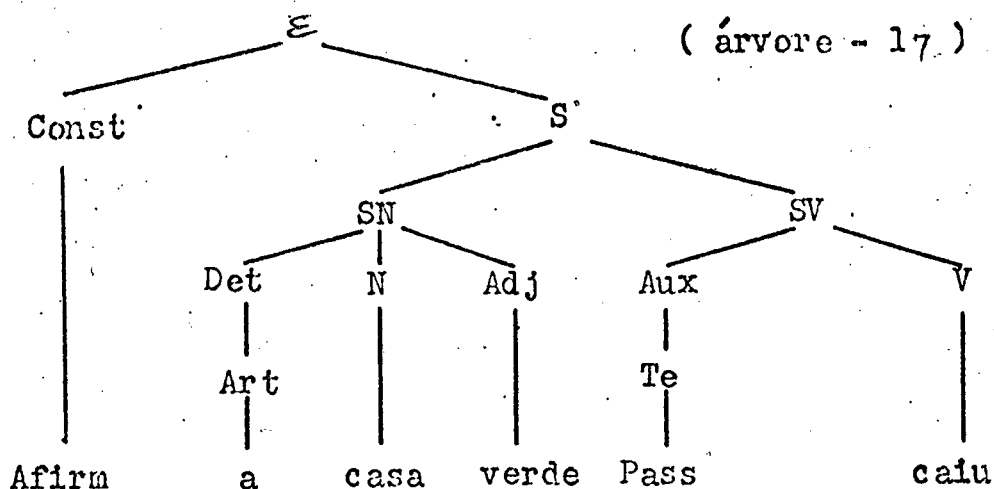


DE	:	X	-	SN	-	[qu + cóp]	-	Adj	-	y
ME	:	1	-	2	-	3	-	4	-	5 $\xrightarrow{\text{opc}}$
		1	-	2	-	∅	-	4	-	5 $\xrightarrow{\text{Tap}}$

Após sofrer esta transformação, a sentença (81) teria o seguinte indicador sintagmático:



A este tipo de estrutura frasal deve ser aplicada uma poda ou "tree-pruning" que foi proposta por J. R. Ross<sup>(18)</sup>, isto é, apagar-se o nó de qualquer sentença encaixada que não se ramifica. Deste modo, o nó onde se situa a S<sub>2</sub> deve ser apagado e o adjetivo - verde - é alçado para um nó descendente do SN da oração matriz:



Este procedimento para originar o adjetivo como resultante de uma transformação de apagamento de [qu + cóp] é feito por vários autores.

Chomsky, 1957, já considera a transformação adjetiva como resultante de operações feitas sobre uma transformação generalizada.

R.B. Lees, 1960<sup>(19)</sup> usa este mesmo procedimento, fazendo a distinção entre relativa restritiva e não restritiva, esta última já analisada anteriormente. As duas relativas podem originar os adjetivos pela transformação de apagamento opcional de [qu + Cóp]. No entanto, esta transformação aplicada às relativas não - restritivas podem gerar sentenças agramaticais:

( 82 ) Rose que é minha filha é estudiosa

( 83 ) Rose minha filha é estudiosa.

Neste caso a agramaticalidade deve ser desfeita introduzindo - se uma entonação de tipo parentético, que na escrita é representada por vírgulas:

( 84 ) Rose, minha filha, é estudiosa.

R. B. Lees não aborda a função destas categorias, mas como já se mencionou, as resultantes da transformação de apagamento de [qu + cóp] das relativas restritivas têm a função de Adj. Adn, e as das não - restritivas, a função de aposto.

Carlota S. Smith, 1964,<sup>(20)</sup> considera os modificadores dos nomes também resultantes da referida transformação. Distingue

restritivas e opositivas. Faz uma observação, dizendo  
transformação de apagamento de [qu + Cóp] não pode ser efe-  
quando a sentença constituinte é formada por:

qu + cóp + SN

ou

qu + SV - X

( 85 ) Eu conheço um moço que é médico.

( 86 ) \*Eu conheço um moço médico.

( 87 ) Eu conheço um homem que engole fogo.

( 88 ) \*Eu conheço um homem engole fogo.

Também consideram o adjetivo resultante de uma transforma-  
de apagamento de [qu + cóp] :

de Burt, 1971; Jacobs e Rosenbaum, 1968; G. Lakoff, 1970; ( 21 )  
de Natal Rodrigues, 1974.

N. Chomsky, 1968, (22) ao se referir à redução da oração re-  
ativa coloca os seguintes exemplos:

( 89 ) As perspectivas são para a paz<sup>(23)</sup> [( 23 ) b]

( 90 ) As perspectivas para a paz [( 24 ) b]

afirmando que ( 90 ) é a fonte de ( 89 ). Desta forma não haveria  
necessidade de se efetuar transformações, mas apenas estender a re-  
ca de base do SN:

SN → Det + N + S.

N. Chomsky também argumenta contra a posição de G. Lakoff,  
coloca o verbo e o adjetivo numa mesma categoria - Verbal - .  
Chomsky diz que as propriedades comuns às duas categorias é uma  
questão de propriedade de categoria lexical, não implicando que  
devam pertencer a uma categoria superior.

Não é propósito deste trabalho provar qual dos dois tratamentos dados a adjetivos do tipo: bom, alto, verde, etc, é o mais correto, mas qual dos dois oferece algum recurso para a identificação das funções de Adj. Adn.

#### 4.7. Origem e Função do Sintagma Preposicional

Quanto à origem do genitivo há vários argumentos:

a) R. B. Lees, 1961a, mostra que a origem do genitivo é, devido a uma transformação de nominalização, sendo que, em algumas sentenças o genitivo é o sujeito na estrutura profunda, como:

( 91 ) A compreensão do professor sobre o caso agradou aos alunos.

O léxico - compreensão - sofreu uma transformação de nominalização: compreender → compreensão e, em virtude disto, aparece o SP - do professor. Este SP é o sujeito na estrutura profunda.

( 91a ) X compreendeu o caso.

ou:

( 91b ) O professor compreendeu o caso.

Em outras sentenças o genitivo é o objeto na estrutura profunda:

( 92 ) A compreensão do assunto pelos alunos agradou ao professor.

O SP - do assunto - é o objeto em:

( 92a ) Os alunos compreenderam X

ou:

( 92b ) Os alunos compreenderam o assunto.

Se, por vezes, este argumento explica a origem de alguns genitivos, não satisfaz, entretanto, para genitivos do tipo:

( 93 ) O carro de Roberto quebrou.

C. Smith, 1964, apresenta regras para se obter genitivo do tipo ( 93 ), partindo-se de orações relativas contendo o verbo

ter. A estrutura profunda de ( 69 ) será:

- |  |                   |
|--|-------------------|
| ( 93a ) Roberto tem o carro              | }      Cpc<br>→→→ |
| ( 93b ) O carro quebrou                  |                   |
| ( 93c ) Roberto tem o carro que quebrou. | Tenc              |

O SN - o carro - tem a função casual de objetivo ou neutral, que pode superficializar-se para a função de sujeito. O SN - Roberto - que é o genitivo, passa, na estrutura de superfície, para a função de genitivo marcado [+ posse] , ou seja, X tem Y.

N. Chomsky, 1968, pondera que o genitivo poderia se originar em algumas vezes de uma oração relativa com o verbo ter; idêntico a ( 93c ).

Outras formas de genitivo deveriam ser relacionadas a um verbo que sofre transformação de nominalização:

plantar ⇒ plantação.

Uma alternativa mais simples seria derivar o SP através das regras do componente de base:

Det →	(Pre Art) Art	(Pos Art)
Art →	$\left\{ \begin{array}{l} + \\ - \end{array} \right. \text{Def}$ Poss	

Este tratamento cobriria não só as formas derivadas de verbo, mas também as formas nominais não derivadas.

Deste modo não haveria necessidade de se recorrer à estrutura subjacente: O que SN tem - que nem sempre dá conta de todos os SP marcado [+ possessivo] como:

( 94 ) O autor do livro já faleceu.

Faz a distinção entre:

a) possessivo alienável:

( 95 ) O sapato de Luís está sujo.

- de Luis - é um possessivo alienável, isto é, algo que Luis possui num dado momento, onde a subjacência:

que SN tem - pode ser aplicada.

b) possessivo inalienável:

( 96 ) O braço de Pedro é grande.

que a estrutura profunda:

( 96a ) O braço que Pedro tem é grande.

que não pode ser aplicada, pois teria o significado de um possessivo alienável, o braço de uma cadeira, por exemplo, e não o braço como parte do corpo humano.

Chomsky conclui sua análise dizendo que, enquanto a hipótese transformacional satisfaz para os gerundivos nominais, e lexicalista<sup>(24)</sup> deve ser preferida para os derivados nominais.

Charles J. Fillmore, 1968, assevera que a fonte do genitivo é a oração relativa do tipo X tem Y. Considera a transformação de genitivo uma questão de estrutura de superfície, pois em algumas línguas, como o alemão, há o dativo nominal não modificado para o genitivo - dativo de posse:

"dem Vater sein Haus" ( a casa do pai )

Diz ainda que os nomes derivados de verbais devem ser considerados como nomes que têm um tipo de relação especial com determinados verbos. Quando esta relação é efetuada, pode-se ter:

"Deus amat" ( Deus ama ).

Fazendo-se a equivalência nominal, resulta em:

"amor Dei" ( amor de Deus )

ou:

"Deum amat" ( ama a Deus )

que resulta novamente em:

"amor Dei ( amor de Deus )

Conclui que: tanto o agentivo como o dativo podem ser transformados para o genitivo, ocorrendo, em muitas situações, ambigüidade.

Paul Schachter e Frank Heny, 1973, descavalvem a suposição dada por Fillmore, 1967, de que certos genitivos devem vir de casos relacionados a nomes; estes casos seriam os mesmos relacionados a verbos. Analisam, primeiramente, os genitivos que ocorrem com nomes que estão sintaticamente relacionados com verbos:

( 97 ) A invenção de Paulo surpreendeu a todos.

Neste exemplo o SP - de Paulo - será na estrutura profunda o agentivo.

( 97a ) Paulo inventou X

Em:

( 98 ) A invenção da bomba atômica foi desastrosa.

O SP - da bomba atômica - será na estrutura profunda o caso objetivo ou neutral:

( 98a ) Alguém inventou a bomba atômica

Em:

( 99 ) O conhecimento deste aluno sobre teatro é grande.

O SP - deste aluno - será na estrutura profunda o caso dativo:

( 99a ) Este aluno tem conhecimento sobre teatro.

O SN - Este aluno - é dativo e não agentivo, pois o agentivo é o caso do animado que instiga a ação identificada pelo verbo, enquanto o dativo é o animado que é afetado pela ação ou estado que o verbo identifica.

Seria um tanto dificultoso encontrar oração relativa como subjunção das sentenças ( 97 ), ( 98 ), ( 99 ). Não haveria necessidade de se relacionar verbo e substantivo na estrutura profunda, pois desta forma a análise estaria sendo feita em relação ao caso do verbo e não do nome. O genitivo de nomes relacionados a verbos, como se observou anteriormente, foi formado da estrutura profunda de agentivo

vo, objetivo e dativo.

Os trabalhos apresentados em The Major Syntactic Structures of English dão especial atenção ao caso Neutral, equivalente ao objetivo, cujo significado independente do verbo é mínimo. Os nomes não relacionados a verbos e que se referem a parentesco ou relações sociais, características ou partes de um todo derivam o genitivo do Neutral subjacente. Deste modo:

( 100 ) A irmã de Paulo é bonita.

A forma subjacente de ( 100 ) é:

( 101 ) Paulo tem uma irmã bonita.

O SN - uma irmã - é o Neutral e deste Neutral se origina o genitivo de ( 100 ).

Para os genitivos possessivos, P. Schacter e F. Heny propõem que a estrutura subjacente não seja um caso de nome, mas uma oração relativa com verbo - ter.

( 102 ) O gato de Maria fugiu.

( 102a ) O gato que Maria tem fugiu.

Algumas vezes será necessário substituir o verbo - ter - da oração relativa por outro verbo, para se poder encontrar a subjacência de alguns genitivos como:

( 103 ) Este livro de Jorge Amado é meu.

A estrutura subjacente deverá ser:

( 103a ) Este livro que Jorge Amado escreveu é meu.

Estas subjacências do SP servirão de apoio para a determinação da função deste SP.

Algumas preposições são na realidade marcadores de casos. Assim, a preposição por marca o caso agentivo; a preposição com, o instrumental; a preposição a, o dativo; a preposição de, o genitivo. Por vezes a preposição, que é marcador de um determinado caso, pode



ser inserida em outro caso. Tome-se como exemplo a preposição de. A preposição de, pode ser semanticamente um tanto vazia, pode aparecer em mais de um caso. O agente pode ser marcado por de ao invés de por:

( 104 ) A observação de Mário foi interessante.

( 104a ) A observação foi feita por Mário.

O dativo tem como preposições marcadoras: para, a.

( 105 ) Eles fizeram uma doação para o Asilo.

Em algumas situações a preposição para é substituída por de.

( 106 ) A doação do Asilo foi feita por eles.

O caso objetivo ou Neutral pode ter como marcador a preposição de:

( 107 ) João se convenceu de seu erro.

Quando se efetua a nominalização, o caso neutral é geralmente marcado por de:

( 108 ) A convicção de seu erro surpreendeu-nos.

Estas particularidades fazem com que se coloque a seguinte observação pessoal: se a preposição de pode eventualmente marcar os casos acima referidos, quando estes casos distintos se superficializam na língua portuguesa, vão apresentar estruturas idênticas. Surgirão sintagmas preposicionais com a mesma preposição - de -, mas marcando CASOS diferentes. Daí a dificuldade de se especificar a função deste SP: ou Adj Adn ou CN. É necessário analisar quais CASOS dão origem ao SP na função de Adj Adn e quais originam o SP na função de CN.

#### 4.8. Características do Sintagma Preposicional na Função de Adjunto Adnominal

##### 4.8.1. Considerações

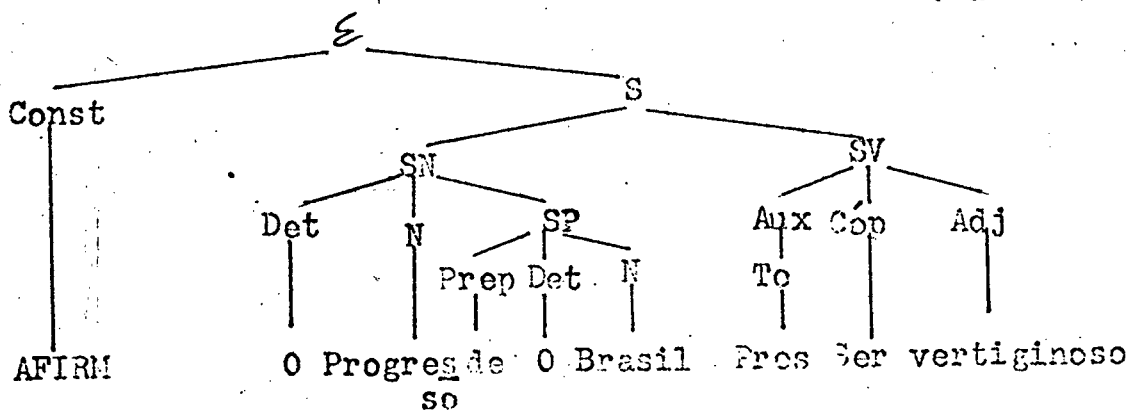
O processo de nominalização mostrou que o SP tem origem, na maioria das vezes, quando este processo se realiza com um verbo. O SP é na estrutura profunda um agente, objetivo, de tivo, locativo. Os diferentes CASOS vão originar SP que teriam, na estrutura de superfície, funções diferentes. O SP na função de Adj Adn terá características próprias, quer sintáticas ou casuais, que o distinguirão do SP na função de CN.

#### 4.8.2. Característica Categorial

O SP na função de Adj Adn será sempre imediatamente dominado por um SN.

( 109 ) O progresso do Brasil é vertiginoso.

( árvore - 18 )



Em todos os exemplos dados pelos gramáticos normativos, notou-se que a categoria gramatical que domina o SP na referida função é um SN.

#### 4.8.3. Características de Nominalização

Embora esta característica não atinja a totalidade dos casos, pode-se dizer que o N do SN que domina o SP não sofreu, na maioria das vezes, uma transformação de nominalização.

( 110 ) Ela tem um rosto de anjo.

Adj Adn

Há casos em que o SP exerce a função de Adj Adn, mas o N do SN sofreu uma transformação de nominalização:

( 111 ) A delicadeza de seus atos encantou-nos.

Adj Adn

Em situações como esta, ao ser aplicada a transformação de nominalização, o SP será o agentivo na estrutura profunda, e por conseguinte, exercerá a função de Adj Adn na estrutura de superfície, conforme análise posterior.

#### 4.8.4. Característica do Traço [+ concreto]

De um modo geral o N do SN que domina o SP na função de Adj Adn é marcado [+ concr]

( 112 ) A nova ponte de madeira está pronta

[+concr] Adj Adn

Há evidências semânticas, sintáticas e morfofonológicas para a subcategorização dos nomes em [+ /- concr] que serão expostas no capítulo seguinte.

#### 4.8.5. Característica do Traço [- trans]

O traço [- trans] é realmente um traço característico dos N que dominam um SP na função de Adj Adn.

( 113 ) Comprei uma cadeira de vime.

[- trans] Adj Adn

O traço [- trans] foi dado ao N - cadeira -, pois na estrutura profunda o SP será o agentivo.

Quando isto ocorre, é um indício de que o N é [- trans], pois se fosse [+ trans], o SP teria como CASO subjacente o dativo ou objetivo.

#### 4.8.6. CASOS - Subjacentes

O SP na função de Adj Adn só terá como CASOS

transitivo, locativo, instrumental, modal:

( 114 ) O embarque dos turistas será hoje.

( 114a ) Alguma coisa ser hoje.

( 114b ) Os turistas embarcar.

A.

( 115 ) A sala ante o quarto é ampla.

( 115a ) A sala é ampla.

( 115b ) A sala está ante o quarto.

( 115c ) A sala que está ante o quarto é ampla

LOC.

( 116 ) O fechamento da caixa com pregos é mais seguro.

( 116a ) Alguma coisa ser mais seguro.

( 116b ) Alguém fechar a caixa com pregos.

INSTR.

( 117 ) Ele pegou o ferro em brasa.

( 117a ) Ele pegar o ferro.

( 117b ) O ferro estar em brasa.

( 117c ) Ele pegar o ferro que estar em brasa.

MOD

Estes CASOS subjacentes do SP de superfície permitem que se dê ao N o traço [- trans], pois o traço [+ trans] requer os CASOS dativo ou objetivo subjacentes. O nome do SN que domina um SP na função de Adj Adn, pode, de um modo geral, ser marcado:

[+ Nome]

[- Nominalizado]

[+ Concreto]

[- transitivo]

[+ ( A, LOC, INSTR, MOD... )]

## NOTAS DO IV CAPÍTULO

- ( 12 ) CHOMSKY, Noam. 1965, opus cit. p. 66.
- ( 13 ) DUBOIS, Jean e Dubois - Charlier, Françoise. Eléments de Linguistique Française. Syntaxe Paris, Larousse, 1970. p.38.
- ( 14 ) KATO, Mary Aizawa. A Semântica Gerativa e o Artigo Definido. São Paulo. Ed. Ática, 1974. p. 31.
- ( 15 ) Opus cit. p. 50.
- ( 16 ) POERSCH, José Marcelino. Gênese e Redução da Oração Relativa. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado PUC. 1973.
- ( 17 ) ROSS, John R. A Proposed Rule of Free Pruning. In: Reibel e Schane eds. Modern Studies in English. Readings in Transformational Grammar. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice - Hall Inc, 1969. p. 353-355.
- ( 18 ) Opus cit. p. 289.
- ( 19 ) LEES, Robert B: The Grammar of English Nominalizations. The Hague, Mouton, 1960. p. 85-94.
- ( 20 ) SMITH, Carlota S. Determiners and Relative Clauses in a generative Grammar of English. In: Reibel e Schane eds. Modern Studies in English. Readings in Transformational Grammar. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall Inc, 1969. p. 251-252.
- ( 21 ) Apesar de G. Lakoff efetuar uma série de comparações entre o verbo e o adjetivo para enquadrá-los na mesma categoria - Verbal , encontra-se, à p. 122, de seu livro Irregularity in Syntax:

"Há duas regras em Inglês que são necessárias para derivar a construção adjetival comum que aparece em - O homem alto - vindo de orações relativas como - o homem que é alto -. A primeira regra, chamada WH - DEL (apagamento de *qu*), apaga a seqüência WH + PRONOUN + BE, quando precedida por um nome e seguida tanto por um adjetivo como por um verbo."  $\left( \begin{array}{l} \text{adjetivo} \\ \text{verbo} \end{array} \right)$

( 22 ) CHOMSKY, Noam Remarks on Nominalization. In: Jacobs e Rosenbaum eds. Readings in English Transformational Grammar, 1970. p. 184-221.

( 23 ) Deve-se supor que haja um [qu] subtendido.

( 24 ) CHOMSKY, 1965, Opus cit. p. 188.

## V - COMPLEMENTO NOMINAL

### 5.1. Considerações

No capítulo anterior, foi visto que o SP pode ter como CASOS subjacentes o agentivo, dativo, objetivo, locativo, etc. Somente o agentivo e os CASOS circunstanciais<sup>(25)</sup> determinam que o SP tem, na estrutura de superfície a função de Adj Adn. Deste modo, o dativo e o objetivo indicam um SP de superfície com outra função.

Além disso, as características do N que domina um SP na função de Adj Adn não são as mesmas para outros N que também dominam um SP.

Com base nestas observações, pode-se afirmar que realmente existem SP com funções distintas: a de Adj Adn e a de CN.

A função de CN é exercida somente pela categoria SP, dominado por um SN, SA, SAdv ou por uma # S # encaixada. De acordo com as delimitações deste trabalho, só se fará a análise do SP, dominado por SN, SA e SAdv na função de CN.

### 5.2. Características do Sintagma Preposicional na Função de Complemento Nominal

#### 5.2.1. Característica Categorial

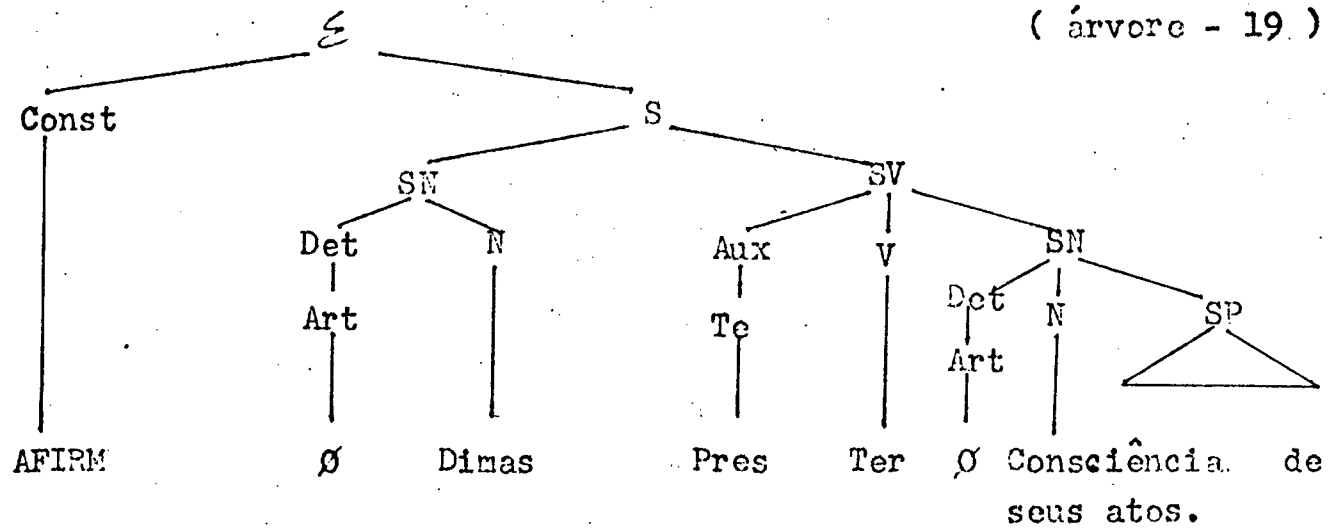
De acordo com o corpus elaborado, pôde-se constatar que o SP na função de Adj Adn é sempre imediatamente dominado por um SN.

O SP na função de CN pode ter como categorias imediatamente dominantes um SN, SA ou SAdv.

a) SP dominado por SN:

( 118 ) Dimas tem consciência de seus atos.

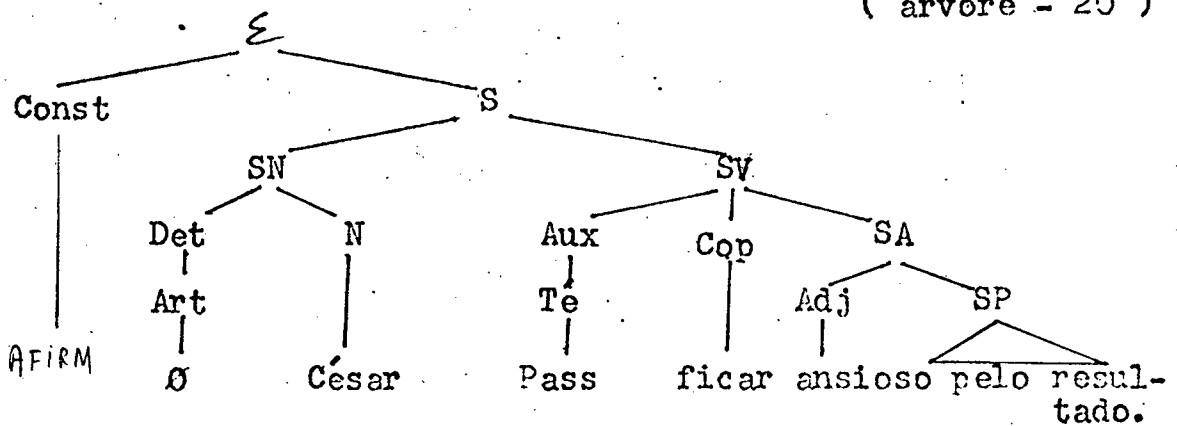
( árvore - 19 )



b) SP dominado por SA

( 119 ) César ficou ansioso pelo resultado.

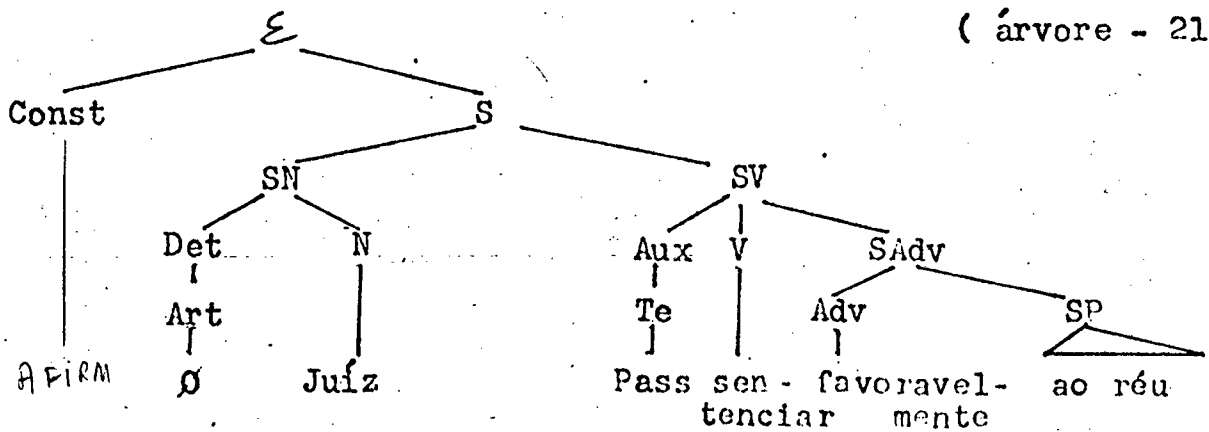
( árvore - 20 )



c) SP dominado por SAdv

( 120 ) O juiz sentenciou favoravelmente ao réu.

( árvore - 21 )





### 5.2.2. Característica de Nominalização

De um modo geral, o SP na função de Adj Adn é dominado por um SN, cujo N não provém de uma transformação de nominalização, isto é, não é um derivado.

( 121 ) Tânia ganhou um álbum de retratos.

( 122 ) O pássaro voava sobre os campos de trigo.

Já o SP exercendo a função de CN, é dominado, geralmente, por um SN, cujo N resulta de uma transformação de nominalização, ou seja, é um derivado.

( 123 ) Sandra demonstra inclinação para as artes.

( 124 ) Nós tínhamos desconfiança dela.

### 5.2.3. Característica do Traco [- concreto]

Pôde-se observar ainda que o nome do SN que domina o SP na função de CN é marcado [- concreto] :

( 125 ) Será necessária a assistência às aulas.

( 126 ) Ele fez um agradecimento aos presentes.

Há evidências semânticas, sintáticas e morfofonológicas para se subcategorizar os nomes em [+ /- concreto] .

Como evidência semântica pode-se ressaltar que os derivados nominais conteriam no marcador frasal subjacente a idéia de ação, qualidade ou estado:

( 127 ) A nomeação dos novos funcionários já foi assinada.

( 127a ) A AÇÃO de nomear novos funcionários já foi assinada.

( 128 ) Era admirável sua bondade para com todos.

( 128a ) Era admirável sua QUALIDADE de ser bom para com todos.

A evidência sintática pode ser baseada nas restrições de co-ocorrência. O verbo - trazer - seleciona como complemento objetivo um nome marcado [+ concreto], daí haver a possibilidade de:

( 129 ) Eles trouxeram um lindo carro.  
[+ concr]

No entanto, há um bloqueio, colocando-se um nome [- concr] como complemento objetivo do verbo - trazer -:

( 130 ) \*Eles trouxeram a invasão da cidade.  
[- concr]

Outra evidência sintática para se marcar um nome [-concreto] é o fato de que este nome deve também ser marcado sempre [-contável], não podendo receber a marca [+ plural]. Se o nome for marcado [+ plural], ele será necessariamente [+ concreto].

( 131 ) A plantação de tomate requer muito cuidado.  
[- contável]  
[- concreto]

( 132 ) As plantações de tomate requerem muito cuidado.  
[+ contável]  
[+ concr]

Saliente-se aqui que, por vezes, um mesmo item lexical pode ter ora o traço [+ concr], ora o traço [- concr], embora tenha o traço [- plural].

( 133 ) A invenção de palavras é uma das  
[- concr]  
características de Guimarães Rosa<sup>(26)</sup>

( 134 ) A invenção de Santos Dumont abriu  
[+ concr]  
caminho à era interplanetária<sup>(27)</sup>

Em ( 133 ) - invenção é a ação em si: a AÇÃO de alguém inventar;

Em ( 134 ) - invenção é o objeto da ação: o OBJETO que ser inventado.

( 135 ) A justiça dos homens nem sempre é justa.

[+ concr]

( 136 ) Aqui se faz justiça.

[- concr]

Em ( 135 ) - justiça - é a QUALIDADE de alguém ser justa.

Em ( 136 ) - justiça - é o OBJETO resultante de alguém ser justo.

A evidência morfofonológica é assinalada pela presença de sufixos que formam, de uma maneira geral, os nomes marcados [-concreto].

Estes nomes podem derivar-se de uma base verbal acrescida dos seguintes sufixos:

- ância: tolerar ^ ância → tolerância
- ança: segurar ^ ança → segurança
- ência: concorrer ^ ência → concorrência
- ção: operar ^ ção → operação
- mento: recolher ^ mento → recolhimento
- são: evadir ^ são → evasão
- ura: pintar ^ ura → pintura.

Os nomes marcados [-concreto] podem ter também uma base adjetiva acrescida dos seguintes sufixos:

- dade = cruel ^ dade → crueldade
- (i)dão = manso ^ idão → mansidão
- ez = viuvo ^ ez → viuvez
- eza = triste ^ eza → tristeza
- ia = alegre ^ ia → alegria

- ice = velho  $\widehat{\text{ice}}$   $\rightarrow$  velhice
- icie = calvo  $\widehat{\text{icie}}$   $\rightarrow$  calvície
- ismo = brilhante  $\widehat{\text{ismo}}$   $\rightarrow$  brilhantismo
- or = amargo  $\widehat{\text{or}}$   $\rightarrow$  amargor
- (i)tude = amplo  $\widehat{\text{itude}}$   $\rightarrow$  amplitude
- ura = branco  $\widehat{\text{ura}}$   $\rightarrow$  brancura

Por vezes, ainda, os nomes marcados [- concreto] podem ter como base um nome acrescido dos seguintes sufixos:

- ada: cabeça  $\widehat{\text{ada}}$   $\rightarrow$  cabeçada
- agem: moleque  $\widehat{\text{agem}}$   $\rightarrow$  molecagem

#### 5.2.4. Característica do Traço [+ transitivo]

O nome do SN que domina o SP na função de CN apresenta ainda o traço [+ transitivo]

( 137 ) O encerramento da matrícula será hoje.

[+ trans]

A forma subjacente de ( 137 ) deve ser:

( 137a ) Alguém encerrar a matrícula.

O traço de [+ trans] deve ser dado ao nome - encerramento - pois o SP - da matrícula - não é o agentivo e sim o objetivo, como se verifica na forma subjacente ( 137a ). Isto se deve ao fato de que o nome do SP - a matrícula - é um nome marcado [- animado].

Se o SP tiver como núcleo um nome capaz de ser agentivo, isto é, marcado [+ animado]; poderá o nome dominante ser marcado [+/-trans]:

( 138 ) A acusação deste homem é grave.

[+/- trans]

( 138a ) Este homem acusar

( 138b ) Alguém acusar este homem.

Tomando-se como estrutura subjacente ( 138a ), onde o nome do SP é o agente, o item lexical - acusação - de ( 138 ) deve ser marcado [- trans].

Se a estrutura subjacente tomada for ( 138b ), na qual o nome do SP passa a ser o objetivo, o item lexical - acusação - de ( 138 ) deve ser marcado [+ trans].

A ocorrência desta ambigüidade é porque o nome do SP recebe o traço [+ animado], podendo tanto ser o agente ou objetivo da ação verbal nas subjacências ( 138a ) e ( 138b ), respectivamente.

O traço de [+ /- trans] dado aos nomes pode também ser fundamentado na teoria lexicalista.

Esta teoria diz que um elemento neutro, por exemplo, ACUSAR possui determinados traços sintáticos e semânticos que são inerentes e permanentes. Este elemento neutro pode se realizar como: verbo - acusar -, nome - acusação -, adjetivo - acusador -, pois o único traço que é variável é o categorial.

O verbo - acusar - deve ser marcado [+ trans]. Esta afirmação fundamenta-se em bases empíricas tais como:

( 139 ) \*Eu acusei ontem

( 140 ) Eu o acusei ontem.

A intuição de um falante nativo de língua portuguesa apontaria ( 139 ) como não aceitável e ( 140 ) como aceitável. Daí, a exigência do traço [+ trans] ao verbo - acusar, se este traço é inerente ao referido verbo, também será ao nome - acusação -.

#### 5.2.5. Característica de CASOS

O SP funcionando como CN. tem o CASO OBJETIVO ou o DATIVO na estrutura subjacente:

( 141 ) O conserto da torneira custou-me caro.

OBJ

Tomando-se como estrutura subjacente do SN de ( 107 ):

( 141a ) Alguém consertar a torneira

nota-se que o nome - a torneira - é um léxico marcado [- animado] , só podendo ser o OBJ.

Verifica-se também que o verbo - consertar - deve ser marcado [+ trans] . Igual traço deve ser dado então ao nome - conserto - , e este sendo [+ trans], - da torneira - será necessariamente o CASO OBJ.

( 142 ) A doação dos brinquedos aos órfãos

DAT

será efetuada amanhã.

A estrutura subjacente do SN de ( 142 ) é:

( 142a ) Alguém doar os brinquedos aos órfãos.

O verbo - doar --é aqui marcado [+ trans], tendo dois CASOS: o primeiro: OBJ - os brinquedos; o segundo: DAT - aos órfãos, pois o DAT é o caso do animado sendo afetado pela ação verbal. O exemplo ( 142 ) apresenta dois CN relacionados ao nome - doação -, pois o verbo - doar-em ( 142a ) possui dois complementos OBJ e DAT.

## NOTAS DO V CAPÍTULO

- ( 25 ) Entende-se por CASOS circunstanciais o: instrumental, vo, modal, comitativo, temporal, etc.
- ( 26 ) LIMA, C. H. da Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Livraria José Olympio Editora. 15ª ed. 1979
- ( 27 ) LIMA, C. H. da Rocha. Opus cit. p. 211.

## VI - DETERMINAÇÃO DA FUNÇÃO DO SINTAGMA PREPOSICIONAL

### 6.1. Considerações

As diferentes estruturas profundas para um mesmo SP de superfície, permite que se afirme que realmente há duas funções diferentes exercidas pelo SP. Torna-se necessário, então, recorrer a estas estruturas profundas para se determinar quando o SP tem a função de Adj Adn ou CN.

Esta parte do trabalho pretende basear-se em todos os elementos que já foram expostos e, com uma preocupação didática, utilizá-los para distinguir as funções do SP.

O SP pode ser dominado por SN, SA, SADv. É necessário portanto, que se examine a função do SP quando dominado por estas três categorias gramaticais.

### 6.2. Sintagma Preposicional Dominado por Sintagma Adjetival.

Tome-se a sentença anteriormente dada, onde o SA - ansioso - domina o SP - pelo resultado -:

( 119 ) César ficou ansioso pelo resultado.

Admitindo-se uma transformação de relativização como subjeção para o SP na função de Adj Adn, deve-se tentar aplicá-la para os SP dominados por SA numa tentativa de verificar a função dos referidos SP.

( 119 ) César ficou ansioso pelo resultado.

( 119a ) César ficou ansioso.

( 119b ) Ansioso é pelo resultado.

( 119c ) \*César ficou ansioso que é pelo resultado.



Out

- ( 143 ) Estamos sujeitos aos nossos pais.  
 ( 143a ) Estamos sujeitos.  
 ( 143b ) Sujeitos são aos nossos pais.  
 ( 143c ) \*Estamos sujeitos que são aos nossos pais.

Veja-se ainda:

- ( 144 ) Sempre haverá <sup>preteor</sup> descontentes da vida  
 ( 144a ) Sempre haverá descontos.  
 ( 144b ) Descontos que são da vida.  
 ( 144c ) \*Sempre haverá descontos que são da vida.

A oração relativa restritiva, que tem uma equivalência adjetiva, não pôde ser aplicada como estrutura subjacente do SP dominado pelo SA. Desta forma, é possível afirmar-se que uma equivalência adjetiva não pode ser dominada pela categoria adjetivo. Chega-se à conclusão de que: o SP dominado pela categoria SA terá sempre a função de CN.

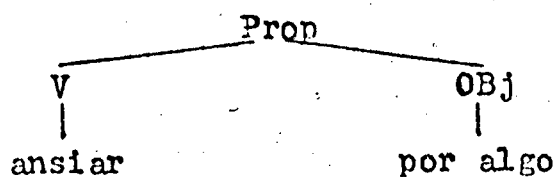
Esta afirmação pode ser ratificada através da hipótese lexicalista, acrescida da Teoria dos Casos Profundos.

Através da hipótese lexicalista, diz-se que há um item lexical abstrato - ansiar - que pode se realizar como: ânsia, ansioso, ansiosidade, ansiosamente.

Estes cognatos teriam as mesmas especificações semânticas, sintáticas e casuais.

A Teoria dos Casos Profundos postula que uma proposição pode ser formada com verbo mais Obj:

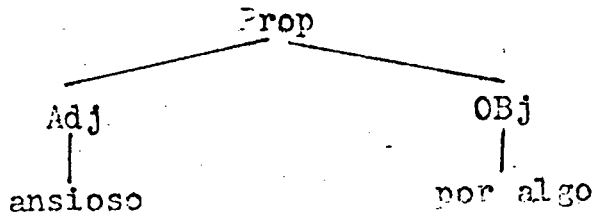
Prop → V + Obj.



( árvore - 22 )

Se o adjetivo - ansioso - tem os mesmos traços do verbo - ansiar -, é possível a seguinte proposição:

Prop → Adj + Obj



( árvore - 23 )

O CASO subjacente do SP com o verbo - ansiar - é o Obj, logo seria o complemento do verbo, pois o Obj é o CASO que está diretamente relacionado ao verbo, indicando: o que se faz.

Se o Adj - ansioso - tem os mesmos traços do verbo - ansiar -, com exceção de [+ V], então o SP que é dominado por este Adj só poderá exercer a função de CN.

### 6.3. Sintagma Preposicional Dominado por Sintagma Adverbial

Veja-se a sentença já dada:

( 120 ) O Juiz sentenciou favoravelmente ao réu.

O SP - ao réu - é dominado pelo SA - favoravelmente -.

Novamente tentar-se-á aplicar a esta sentença a oração relativa como estrutura subjacente do SP quando exerce a função de Adj Adn.

( 120 ) O Juiz sentenciou favoravelmente ao réu.

( 120a ) O Juiz sentenciou favoravelmente.

( 120b ) Favoravelmente é ao réu.

( 120c ) \*O Juiz sentenciou favoravelmente que é ao réu.

Ou:

( 145 ) O Senado votou contrariamente ao divórcio.

( 145a ) O Senado votou contrariamente.

( 145b ) Contrariamente que é ao divórcio.

( 145c ) \*O Senado votou contrariamente que é ao divórcio.

Ou:

( 146 ) Você agiu independentemente de minha vontade.

( 146a ) Você agiu independentemente.

( 146b ) Independentemente que é de minha vontade.

( 146c ) \*Você agiu independentemente que é de minha vontade.

de.

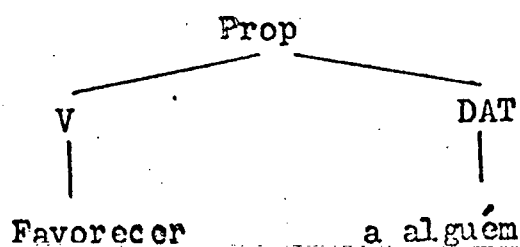
A oração relativa que seria a estrutura subjacente do SP na função de Adj Adn, ao ser aplicada, resultou em uma sentença agramatical, logo não é válida para estes casos. Daí, poder dizer - se que: quando o SP é dominado pela categorial gramatical SA, a função deste SP será sempre a de CN.

Recorrendo-se à hipótese lexicalista e a Teoria dos CASOS profundos, pode-se encontrar um apoio para a afirmação feita.

Tome-se como exemplo a sentença ( 120 ), em que o Adv - favoravelmente - tem os mesmos traços do verbo - favorecer -, distinguindo-se apenas pelo traço [+ Adv] . Então, se o verbo - favorecer pode ocorrer com o CASO DAT:

Prop → V + DAT

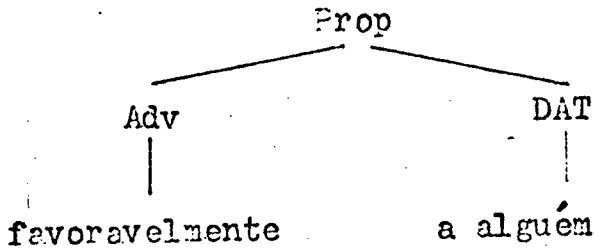
( árvore - 24 )



o Adv - favoravelmente - também pode ocorrer com o DAT:

Prop → Adv + DAT

( árvore - 25 )



O DAT é o CASO que indica o ser animado sendo afetado pela ação verbal, logo - a alguém - é um complemento do verbo. Por esta razão, o SP - ao réu - será um complemento do nome ( Adv ) - favoravelmente-. Logo, todo SP, dominado pela categoria gramatical - Adv - será sempre um CN.

#### 6.4. Sintagma Prenosicional Dominado pelo Sintagma Nominal

##### 6.4.1. Considerações

É justamente este o ponto de análise mais complexo na determinação da função do SP. Pois o SP, dominado por SN, tanto pode funcionar como Adj Adn ou CN. Para determinar as duas funções do SP, analisar-se-á as diversas estruturas subjacentes do SP, e através delas chegar a determinar em que situações o SP funciona como Adj Adn ou como CN.

Foi visto que o SP pode ter sua origem numa transformação de nominalização, mas em inúmeros exemplos do corpus o SP ocorre com N que não foram nominalizados. Por este motivo, será necessário analisar os casos de nomes não nominalizados, à parte dos nominalizados, para ver se as estruturas profundas são distintas.

Achou-se interessante, ainda, analisar qual o valor da preposição que compõe o SP, para a determinação de suas respectivas funções.

Para melhor se esclarecer o desenvolvimento dos tópicos

seguintes, sintetizar-se-á as estruturas profundas do SP, de acordo com os vários autores:

a) Robert B. Lees, 1961 a, - o genitivo ( SP ) resulta de uma transformação de nominalização, podendo ser na estrutura profunda: 1) sujeito; 2) objeto.

b) Carlota S. Smith, 1964, - o genitivo ( SP ) obtém-se, partindo-se de orações relativas contendo o verbo - ter -.

c) Noam Chomsky, 1968, 1) em alguns casos o genitivo ( SP ) se origina da oração relativa com o verbo - ter -. 2) Em outros casos o genitivo surge em virtude da nominalização de um verbo. 3) A alternativa mais simples seria derivar o genitivo através das regras do componente de base.

Det → ( Pre Art ) Art ( Pos Art )

Art →  $\left\{ \begin{array}{l} + \text{ Def} \\ - \\ \text{Poss.} \end{array} \right.$

d) Charles J. Fillmore, 1968 : 1) O genitivo tem como fonte uma oração relativa do tipo X tem Y. 2) O genitivo pode surgir da transformação do dativo e objetivo para o genitivo.

e) Paul Schachter, 1973 : 1) Os genitivos que estão sintaticamente relacionados a verbos são transformações de: agentivo, dativo e objetivo. 2) Para os genitivos possessivos a estrutura subjacente é uma oração relativa com o verbo - ter -. 3) Em alguns casos a oração relativa subjacente deve conter outro verbo que não o - ter -.

## 6.5. Estruturas Profundas que Originam o Sintagma Preposicional na Função de Adjunto Adnominal

### 6.5.1. Oração Relativa do Tipo [qu + cóp].

Examinem-se as orações:

( 147 ) O sol matinal brilhava intensamente.

( 148 ) O carro tem as rodas traseiras mais largas.

Estes sentenças podem ter as respectivas equivalências:

( 147a ) O sol da manhã brilhava intensamente.

( 148a ) O carro tem as rodas de trás mais largas.

Em ( 147 ) e ( 148 ) os respectivos SAdj - matinal e traseiras - têm a função de Adj Adn, pois, como foi visto anteriormente, o SAdj, dominado por SN, terá sempre a função de Adj Adn.

Tomando-se a oração relativa como estrutura profunda do SAdj, tem-se:

( 147b ) O sol que é matinal brilhava intensamente.

( 148b ) O carro tem as rodas que são traseiras mais largas.

Por transformação de apagamento de [qu + cóp], as sentenças ( 147b ) e ( 148b ) resultam, respectivamente em ( 147 ) e ( 148 ).

Se o SP, em determinadas situações, tem equivalência adjetiva, pode-se adotar a oração relativa como estrutura profunda do SP na função de Adj Adn.

#### 6.5.2. Outros Tipos de Oração Relativa

A equivalência adjetiva para um SP nem sempre é possível. Isto se a dois motivos:

a) O léxico não possui o adjetivo equivalente ao SP, como

em:

( 149 ) O canto da sala está sujo.

( 149a ) \*O canto salístico está sujo.

ou:

( 150 ) O terraço do vizinho é grande.

( 150a ) \* O terraço vizinhístico é grande.

b) O léxico contém o adjetivo equivalente, mas o conteúdo semântico passa a ser outro. Assim :

( 151 ) Este livro de aventuras é interessante.

( 151a ) \* Este livro aventureiro é interessante.

O significado de ( 151 ) é o de que o livro contém histórias de aventuras, e o de ( 151a ) é o de que o livro pratica aventuras. Esta agramaticalidade resulta do fato de que o adjetivo- aventureiro - seleciona como agente um ser mais animado.

( 152 ) Minha mesa de trabalho é grande.

( 152a ) \* Minha mesa trabalhadeira é grande.

( 152b ) \* Minha mesa trabalhosa é grande.

( 152c ) \* Minha mesa trabalhada é grande.

Em ( 152 ) o significado é o de que a mesa é -onde eu trabalho-; em ( 152a ) a mesa trabalha; em ( 152b ) a mesa deu trabalho a alguém para ser feita; em ( 152c ) a mesa contém trabalhos de entalhe. Nestas situações não se poderia usar a oração relativa do tipo qu + cóp , exemplificando :

( 149 ) O canto da sala está sujo.

( 149b ) \* O canto que é da sala está sujo.

Seria mais conveniente, usar-se a oração relativa do tipo X tem Y :

( 149 ) O canto da sala está sujo.

( 149a ) A sala tem um canto.

( 149b ) O canto está sujo.

( 149c ) O canto que a sala tem está sujo.

ou :

( 150 ) O terraço do vizinho é grande.

( 150a ) O vizinho tem um terraço.

( 150b ) O terraço é grande.

( 150c ) O terraço que o vizinho tem é grande.

Este tipo de estrutura profunda - X tem Y - é o que se denomina genitivo de posse. O SP deste genitivo é originado do CASO subjacente - agentivo -:

( 150a ) O vizinho tem um terraço.

( 150a ) O terraço do vizinho.

Sendo agentivo, ele não foi requerido pela transitividade de qualquer verbo ou nome, como acontece com o dativo ou o objetivo. Daí, não poder exercer a função de CN. Chega-se assim à conclusão de que: se o SP tiver como origem a oração relativa do tipo: X tem Y, ele terá a função de Adj Adn.

Para a sentença ( 152 ) a oração relativa do tipo: X tem Y não pode ser aplicada:

( 152 ) Minha mesa de trabalho é grande.

( 152a ) \*O trabalho tem minha mesa.

Para este tipo de SP, que é um genitivo marcado [- posse], tem-se que aplicar uma oração relativa que não possua os verbos: cóp ou ter:

( 152 ) Minha mesa de trabalho é grande.

( 152a ) Minha mesa é grande.

( 152b ) Eu trabalho na minha mesa.

( 152c ) Minha mesa onde trabalho é grande.

Nota-se que a estrutura ( 152b ) apresenta um verbo seguido de um locativo. O locativo também não é requerido pela transitividade do verbo ou do nome.

Pode-se então concluir que: se o SP originar-se de uma oração relativa ou o CASO subjacente for o locativo, o temporal, instrumental, modal, o referido SP tem a função de Adj Adn.



Para os N derivados de base adjetiva, Sebastião José V<sup>o</sup> re<sup>(28)</sup> dá como estrutura profunda:

Alguém FAZER que a qualidade X SER ( de Alguém ).

Tomando-se o N derivado - crueldade -, a estrutura profunda e as respectivas transformações serão:

1 = ( Alguém ) FAZER que a qualidade cruel SER ( de Alguém )

2 = ( Alguém ) TER a qualidade cruel.

3 = A qualidade cruel ( de Alguém )

4 = A - dade cruel ( de Alguém )

5 = A cruel - dade ( de Alguém )

N produzido: A crueldade ( de Alguém )

referido autor diz ainda que: embora os substantivos derivados de base adjetiva apresentem algumas variações semânticas como:

estado: rico<sup>e</sup>za → riqueza

qualidade: grato<sup>(i)</sup>dão → gratidão

modo de ser: sério<sup>(e)</sup>dade → seriedade

propriedade: alvo<sup>u</sup>ra → alvura

todas podem ter a estrutura de base:

X TER a qualidade Y

Adotando-se esta estrutura profunda:

( 153 ) A crueldade de Carlos entristeceu-me.

( 153a ) Alguma coisa entristecer Alguém.

( 153b ) Carlos TER a qualidade cruel.

Nota-se que o SP passa a ser o agentivo em ( 153b ) terá, portanto, a função de Adj Adn.

Mesmo que o N do SP seja um [- anim], ele poderá passar para a função de sujeito, quando não existe um [+ anim]: (29)

( 154 ) A crueldade da vida embrutece os homens.

( 154a ) Alguma coisa embrutece os homens.

( 154b ) A vida TER a qualidade cruel.

SP - da vida - terá também a função de Adj Adn.

Para o reconhecimento da função de Adj Adn exercida por SP, aplicar-se-á as seguintes estruturas profundas:

a) oração relativa do tipo: [qu + cóp]

b) oração relativa do tipo: X ter Y

c) oração relativa com outros verbos

d) X TER a qualidade Y.

## 6.6. Estruturas Profundas que Originam o Sintagma Preposicional na Função de Complemento Nominal

### 6.6.1. Considerações

Das diversas teorias apresentadas, quanto à origem do SP, já se destacou que o SP na função de Adj Adn tem como estrutura profunda os três tipos de oração relativa e X TER a qualidade Y. Deste modo, estas orações relativas não podem originar o SP na função de CN. Poder-se-ia simplificar, dizendo que: quando nenhuma das estruturas acima pode ser aplicada, o SP terá a função de CN. Mas, assim, não seriam analisadas as outras estruturas profundas que são de grande valia para este trabalho. Para tanto, será feita uma análise do SP, quando dominado por um SN cujo N não sofreu uma transformação de nominalização e outra análise para o N que foi nominalizado ou derivado.

### 6.6.2. Sintagma Nominal Contendo Nome Não Derivado

As sentenças do corpus continham, algumas ve-

zes, um N<sup>(30)</sup> não derivado, dominando um SP no qual havia uma forte indicação de que este SP funcionava como CN:

( 155 ) Ele tem fé em Deus.

Seria incôveniente achar-se duas sentenças como estrutura profunda para ( 1 ):

( 155a ) Ele tem fé.

( 155b ) Fé é em Deus.

A sentença ( 155b ) se encaixaria em ( 155a ) resultando:

( 155c ) Ele tem fé - fé é em Deus.

Seria possível aplicar-se uma relativização em ( 155c )

( 155d ) \*Ele tem fé que é em Deus.

O resultado da relativização foi uma sentença agramatical. Não se pode, portanto, encontrar duas sentenças como estrutura profunda para sentenças como ( 155 ). Deve-se considerar o N - fé -, como também o SP - em Deus - derivados através das regras de componentes de base. A identificação da função destes SP, pode ser feita através dos traços sintáticos e semânticos pertencentes ao N.

Uma das características do CN é que: o N que domina o SP tenha os traços [+ trans]; [- concr]. Há evidências semânticas, sintáticas e morfofonológicas, já mencionadas, que atestam a existência destes traços.

Pode-se, então, utilizar estes traços para determinar a função do SP na função de CN. Ex:

( 156 ) Não tenho ciência do fato.

[	+ trans	CN
	- concr	-----

### 6.6.3. Sintagma Nominal Contendo Nome Derivado

#### 6.6.3.1. Considerações

Os substantivos derivados têm como base na sentença de estrutura profunda, um:

- a) adjetivo: rico<sup>^</sup>eza → riqueza
- b) substantivo: festa<sup>^</sup>ança → festança
- c) verbo: calçar<sup>^</sup>mento → calçamento

Quando se efetua a transformação de nominalização surgirá um SP. É necessário analisar-se qual a estrutura profunda de um nome derivado de base adjetiva, substantiva, verbal.

A hipótese lexicalista simplificaria todas estas transformações e somente com determinados traços semânticos dos itens lexicais, poderia ser que satisfizesse ao que se propôs neste trabalho. Este, no entanto, tem uma preocupação didática e quanto mais recursos se puder extrair para a distinção das duas funções do SP, mais se estará atingindo ao objetivo proposto.

#### 6.6.4. Nome Derivado de Base Adjetiva

O adjetivo é uma base que denota qualidade a um substantivo, então, quando este se deriva daquele, o resultado será um substantivo abstrato de qualidade:

- branco<sup>^</sup>ura → brancura
- lento<sup>^(i)</sup>dão → lentidão.

Nestes exemplos há: bases adjetivas: branco e lento, e formativos substantivadores: ura e (i)dão.

A estrutura profunda destes N é:

X TER a qualidade Y.

mas já foi visto que se o N do SP passa a ser o agentivo, o SP em questão terá a função de Adj Adn. É necessário que se observe a transitividade ou não dos N derivados de adjetivos. Quando é possível a estrutura profunda acima, indica que o N derivado não tem o traço [+ trans]. Em outros exemplos, não há a possibilidade de se aplicar a referida estrutura profunda:

( 157 ) A gratidão aos mestres deve ser eterna.

( 157a ) Alguma coisa deve ser eterna.

( 157b ) \*Os mestres TER a qualidade grata.

mas sim:

( 157c ) Alguém TER a qualidade grata aos mestres.

O sentido de ( 157b ) não corresponde ao de ( 157 ). Isto indica que o SP - aos mestres - é o dativo e o N - gratidão - deve ser marcado [+ trans].

Se o substantivo derivado de base adjetiva torna-se um substantivo abstrato de qualidade, ele poderá ser marcado também [- concr]. Este traço não é o mais importante, pois poderá ocorrer Adj Adn com N marcado [- concr], desde que também seja [- trans]:

( 158 ) A palidez de seu rosto assustou-nos.

( 158a ) Alguma coisa assustar Alguém.

( 158b ) O rosto de Alguém ter a qualidade pálida.

O N - palidez - é marcado [- concr] e domina um SP na função de Adj Adn, mas isto ocorre porque o N também é marcado [- trans], e este traço é muito mais relevante que o outro.

Portanto, o N derivado de base adjetiva marcado [+ trans] e [- concr], domina um SP que terá a função de CN.

#### 6.6.5. Nome Derivado de Base Substantiva

O processo de derivação dos substantivos deri-

vados de base substantiva é complexo e assistemático. Os referidos substantivos derivados podem ter todas as funções dos outros substantivos não derivados, não apresentando qualquer característica que os distinga. Neste tipo de derivado, poder-se-ia analisar o elemento formativo substantivador. Estes são em grande número e imprimem um sentido especial a cada base substantiva a que se adjuntam. Tome-se o formativo - eiro: em - açucareiro - o sentido é de - lugar -; em - sapateiro - o sentido é de - agente, profissão -. Se algum formativo trouxesse à base substantiva um sentido [- concr] e notar-se que há [+ trans] no nome, estes traços serviriam para indicar - que num derivado deste tipo, dominando um SP, este terá a função de CN.

Por outro lado, como não há particularidades que distingam sintaticamente estes derivados dos outros substantivos não derivados, pode-se aplicar àqueles as estruturas profundas destes. É bem viável, portanto, que se aplique aqui os três tipos de oração relativa.

#### 6.6.6. Substantivo Derivado de Base Verbal

Os substantivos derivados de base verbal apresentam dois processos de nominalização:

a) o afixal - em que os formativos substantivadores são seleccionados pela base verbal: lançar<sup>imento</sup> → lançamento.

b) o não afixal - em que não há formativos substantivadores do tipo: - mento; - ção; etc, mas três formativos: - a, - e, - o, que são acrescentados ao verbo, após este sofrer transformação de apagamento afixal:

escolher      escolh<sup>a</sup> → escolha

embarcar      embarc<sup>e</sup> → embarque

enviar      envi<sup>o</sup> → envio.

Para a hipótese transformacionalista a *Tnom* é a conversão de uma oração em um SN. Sob este enfoque pode-se analisar a *Tnom* com verbos intransitivos e transitivos. Com os verbos intransitivos, a estrutura profunda vai revelar que o SP será sempre o agentevo:

( 159 ) A vinda dos turistas será hoje.

( 159a ) Alguma coisa ser hoje.

( 159b ) Os turistas vir.

Neste tipo de *Tnom*, a estrutura profunda mostra que o SP é o agentevo, logo esta seria uma estrutura para determinar o SP como Adj Adn e não como CN.

A *Tnom* dos verbos transitivos vai mostrar uma estrutura profunda diferente:

( 160 ) O calçamento da rua está mal feito.

( 160a ) X estar mal feito.

( 160b ) Alguém calçar a rua.

( 160c ) A rua ser calçada por Alguém.

A estrutura profunda ( 160c ) mostra que - por alguém - é o agentevo. O SN - a rua - é o objetivo. Este SN se superficializa em SP tendo a função de CN. ( 160c ) sendo uma estrutura profunda passiva, ou seja, a frase constituinte transformada, ela nos permite determinar a função do SP de superfície, que é a de CN.

Em sentenças como ( 160 ) a hipótese lexicalista diria que: - calçamento - tem os mesmos traços de - calçar -. O item lexical - calçar - pode ser marcado [+ trans], por conseguinte este mesmo traço pode ser dado à - calçamento -. Sendo marcado [+ trans] o SP que se origina da *Tnom* terá a função de CN.

Para os substantivos derivados de base verbal, a Teoria





## 6.7. Determinação de Funções Através das Preposições do Sintagma Preposicional

Através da Teoria dos CASOS Profundos foi visto que as preposições são marcadoras de CASOS. Assim, a preposição - a - marca o DAT e portanto, um SP que se originasse deste CASO teria a função de CN. É necessário, no entanto, ver se uma referida preposição se origina sempre de um mesmo CASO subjacente.

A preposição - a - quando presente num SP dá forte indicação de que este SP deve funcionar como CN. Assim:

( 163 ) é indispensável obediência às leis.

( 163a ) Alguém obedecer às leis.

OBj

( 163b ) As leis são obedecidas por alguém.

OBj

mas, observando-se outro exemplo:

( 164 ) O desenho a lápis está bom.

( 164a ) Alguém desenhar a lápis.

INSTR.

O SP - a lápis - tem como CASO subjacente o INSTR, significando que o desenho foi feito - com lápis -.

Com a Tnom surge o SP que exercerá a função de Adj Adn.

A preposição - a - pode aparecer num SP que desempenhe a função ora de Adj Adn, ora de CN, dependendo do CASO subjacente.

O mesmo fenômeno pode ser verificado com a preposição -de-. É sem dúvida o SP formado com a preposição - de - que oferece maior dificuldade para a determinação de sua função. Esta dificuldade reside no fato de que a língua portuguesa não possui na estrutura de

erfície os morfemas casuais. A indicação das relações casuais não é feita, de um modo geral, através de preposições. Determinadas preposições são caracterizadoras de CASOS, como a preposição *por* - que marca o agentivo, a preposição *a* -, o dativo; etc, quando ocorre uma *Thom*, e na estrutura profunda havia uma determinada preposições, a superficialização se faz, muitas vezes, com a preposição *de* -. Assim, o agentivo, marcado *por* -, pode se superficializar em *de* -.

- ( 165 ) A recusa de Cléia entristeceu Ronaldo.
- ( 165a ) Alguma coisa entristecer Ronaldo.
- ( 165b ) Cléia recusar ( Alguma coisa )
- ( 165c ) ( Alguma coisa ) ser recusada por Cléia.

A

O objetivo também pode se superficializar com a preposição

de -.

- ( 166 ) A realização do campeonato agradou a todos.
- ( 166a ) Alguma coisa agradecer a todos.
- ( 166b ) ( Alguém ) realizar o campeonato.
- ( 166c ) O campeonato ser realizado por alguém.

Obj

Por vezes, o dativo, marcado com a preposição *a* -, também se superficializa em *de* -:

- ( 167 ) Maria não tem ódio de Marcelo.
- ( 167a ) Maria não ter Alguma coisa.
- ( 167b ) Maria <sup>não</sup> odiar Marcelo.
- ( 167c ) Marcelo <sup>não</sup> ser odiado por Maria.

DAT

Devido a estas superficializações com a preposição - de - ~~correr~~ sentenças ambíguas, quando o N do SP for marcado [+ ani] sendo capaz, portanto, de ser o agentivo e o N dominante ser ~~modo~~ de base verbal:

( 168 ) A escolha de Tânia agradou a todos.

( 168a ) Alguma coisa agradar a todos.

( 168b ) Tânia escolher alguém.

( 168c ) Alguém ser escolhido por Tânia.

A

~~E~~ estrutura profunda é possível e observa-se que em ( 168c ) - ~~o~~ o agentivo.

Uma segunda estrutura profunda também é viável:

( 168a' ) Alguma coisa agradar a todos.

( 168b' ) Alguém escolher Tânia.

( 168c' ) Tânia ser escolhida por Alguém.

DAT

~~o~~ mostra que - Tânia - é agora o DAT. Tem-se então uma dupla ~~SP~~ SP. Em ( 168c ), há uma indicação de que a função na superfí- ~~de~~ de Adj Adn; e em ( 168c' ) é a de CN.

As demais preposições têm na estrutura profunda um só CASO ~~ante~~, que poderá ser: - o locativo-para as preposições: ante, ~~entre~~, entre, em, sob, sobre,...

~~temporal~~ para as preposições: após, até,...

~~modal~~ para: em, sem,...

~~casos~~ CASOS subjacentes sempre determinam SP na função de Adj Adn.

As preposições, por si mesmas, não são elementos determi- ~~da~~ da função do SP, do qual fazem parte, pois uma mesma prepo-

sição pode estar num SP que ora pode desempenhar a função de CN ora a de Adj Adn.

### 6.8. SP na Função de Aposto

As gramáticas normativas trazem uma observação interessante a respeito de um SP que, embora dominado por um SN, não tem a função de Adj Adn ou CN. São SP do tipo:

A cidade de Lisboa  
Praça da República  
O mês de fevereiro.

As gramáticas normativas dizem que este SP exerce a função de aposto, denominando-o aposto de especificação. Na gramática de Evanildo Bechara<sup>(31)</sup>, há o seguinte comentário:

"Alguns autores consideram que há aposição nos dois casos e a preposição de é mera pala vra de realce ou expletiva. Outros preferem classificar a expressão iniciada por de como adjunto adnominal. Ambas as análises são perfeitamente aceitáveis."

Evanildo Bechara não explica o porquê de aceitar estes tipos de SP tanto funcionando como aposto ou Adj Adn. O procedimento de análise destes SP deverá ser o de se aplicar as estruturas profundas encontradas para o SP na função de Adj Adn. Se alguma das estruturas profundas corresponder, pode-se afirmar que este SP desempenha a função de Adj Adn.

( 169 ) A cidade de Lisboa é encantadora.

( 169a ) A cidade é encantadora.

( 169b ) A cidade é de Lisboa.

( 169c ) \*A cidade que é de Lisboa é encantadora.

vê-se que sintaticamente a sentença ( 169c ) pode ser considerada gramatical, mas semanticamente não, o sentido de ( 169c ) não corresponde exatamente ao sentido de ( 169 ). Considerando-se a preposição - de - como expletiva, retirando-a da sentença, vê-se<sup>11</sup> verdadeira estrutura profunda será outra:

( 170 ) A cidade, Lisboa, é encantadora.

( 170a ) A cidade ser encantadora.

( 170b ) A cidade ser Lisboa.

( 170c ) A cidade, que ser Lisboa, é encantadora.

A sentença ( 170c ) corresponde à estrutura profunda da oração relativa explicativa, isto é, aquela que origina o aposto. A diferença entre as duas relativas - restrutura e explicativa - reside no fato de que na explicativa a oração relativa tem um caráter de [+ inerente]. De um modo geral, a questão de [+ inerência] ou [- inerência] está relacionada aos verbos - ser - e - estar -. O verbo - ser - imprime a marca de [+ inerência]:

( 171 ) Maria, filha de João, é minha amiga.

( 171a ) Maria é minha amiga.

( 171b ) Maria é filha de João.

( 171c ) Maria, que é filha de João, é minha amiga.

Na estrutura ( 171c ) só há possibilidade de se inserir o verbo - ser -. Não sendo possível usar-se o verbo - estar - que indica [- inerência]:

( 172 ) \*Maria, que está filha de João, é minha amiga.

vê-se que a oração é relativa explicativa. Substituindo-se em

( 169c ) o verbo - ser - pelo verbo - estar -:

( 173 ) \*A cidade que está de Lisboa é encantadora.

sultado é uma sentença agramatical. Portanto, SP do referido t<sub>1</sub> em como estrutura profunda uma sentença relativa explicativa que rigem ao aposto.

A segunda estrutura profunda do Adj Adn - X tem Y - também pode ser aplicada:

( 174 ) A cidade de Lisboa é encantadora.

( 174a ) \*Lisboa tem a cidade encantadora.

Analisando-se, ainda, estes SP sob o aspecto de significação observa-se que o referente é um só:

A cidade de Lisboa.

quanto que nos outros SP, cuja função é a de Adj Adn, há dois referentes:

A caneta de Mauro.

do reforçar a posição aqui tomada de que os SP em questão funcionam como aposto.

## 6.9. Procedimento de Análise

### 6.9.1. Considerações

Esta parte do trabalho tem um caráter didático, visando a aplicação prática das teorias analisadas com o fim de distinguir as duas funções do SP. Serão analisados primeiramente os dominados por SN cujo N não é um derivado, pois este apresenta, geralmente, estrutura profunda diversa dos N derivados de base adjetival ou verbal, principalmente. Colocar-se-á a sentença a ser analisada e em seguida serão dados os procedimentos que devem ser efetuados neste tipo de análise.

6.9.2. Nome do Sintagma Nominal Não Derivado

Quando o SP é dominado por um SN no qual o N não é derivado, deve-se tentar aplicar à sentença de superfície as estruturas profundas encontradas para a função de Adj Adn. Isto porque, através de observações elaboradas, notou-se que, de um modo geral, quando o N do SN não é um derivado, o SP funciona como Adj Adn. Veja-se:

( 175 ) Orlindo comprou um cavalo de raça.

O SP - de raça - está dominado pelo SN - um cavalo - onde o N - cavalo - não é um derivado. Tenta-se aplicar a criação relativa do tipo [qu + cóp]:

( 175a ) Orlindo comprar um cavalo.

( 175b ) O cavalo ser de raça

( 175c ) Orlindo comprar um cavalo que ser de raça.

Este SP tem como estrutura profunda [qu + cóp], então o SP em questão terá a função de Adj Adn.

Observe-se outro exemplo:

( 176 ) A casa de Eduardo é bonita.

A estrutura profunda do tipo [qu + cóp] seria viável, desde que se marcasse à preposição - de - um traço de [+ posse]:

( 176a ) A casa ser bonita.

( 176b ) A casa ser de Eduardo.

( 176c ) A casa que ser de Eduardo ser bonita.

[+ posse]

Mas, se o sentido é de posse, deve-se aplicar a estrutura profunda do tipo X tem Y:

( 176a ) A casa ser bonita.

( 176b' ) Eduardo ter a casa.

( 176c' ) A casa que Eduardo ter ser bonita.

tipo de estrutura profunda indica que o SP de superfície ter  
ção de Adj Adn.

Em algumas sentenças onde o N não é um derivado, não há a  
bilidade de se encontrar como estrutura profunda as duas aci -

( 177 ) Este livro de Graciliano Ramos é meu.

ter dada como estrutura profunda [qu + cóp]:

( 177a ) O livro ser meu.

( 177b ) O livro ser de Graciliano Ramos.

( 177c ) \*O livro que ser de Graciliano Ramos ser meu.

sentença ( 177c ) tornou-se agramatical, pois a preposição - de -  
tica [+ posse] e o possuidor sou - eu -, não Graciliano Ramos.

mesmo bloqueio ocorreria se fosse aplicada a estrutura profunda :  
tem V.

( 177a' ) O livro ser meu.

( 177b' ) Graciliano Ramos ter um livro.

( 177c' ) \*O livro que Graciliano Ramos ter ser meu.

ben mais viável que se aplique a estrutura profunda do tipo: ora-  
ção relativa com outro verbo:

( 177a'' ) O livro ser meu.

( 177b'' ) Graciliano escrever um livro.

( 177c'' ) O livro que Graciliano Ramos escrever ser meu.

Estruturas profundas do tipo ( 177c ) também originam SP que na es-



para de superfície são Adj Adn.

Suponha-se ainda um outro exemplo:

( 173 ) O temor de Deus é o começo da sabedoria.

Aplica-se a estrutura [qu + cóp]

( 173a ) O temor ser o começo da sabedoria.

( 173b ) O temor ser de Deus.

( 173c ) \*O temor que ser de Deus ser o começo da sabedoria.

O sentido de ( 173c ) é o de que Deus tem temor, o que não corresponde ao sentido de ( 173 ).

Aplica-se a segunda estrutura: X tem Y:

( 173a' ) O temor ser o começo da sabedoria.

( 173b' ) Deus ter temor.

( 173c' ) \*O temor que Deus ter ser o começo da sabedoria.

A sentença ( 173 ) diz que: - Alguém tem temor a Deus - e não - Deus tem temor - como significa ( 173c )

Tenta-se aplicar ainda a estrutura 3: oração relativa com outro verbo:

( 173a'' ) O temor ser o começo da sabedoria

( 173b'' ) Deus sentir temor.

( 173c'' ) O temor que Deus sentir é o começo da sabedoria.

Vê-se então que nenhuma das três estruturas profundas que indicam o SP na função de Adj Adn, puderam ser aplicadas. Portanto, o SP - de Deus - funciona como CN. Além disto, o CASO subjacente do SP é o CN que se superficializou com a preposição - de -.

- temor a Deus -

logo, não pode ser Adj Adn.

Outro aspecto recursivo é a questão de traços sintáticos dos N integrantes do SN que dominam o SP. Em ( 175 ), ( 176 ) e ( 177 ) os respectivos N - cavalo -, - casa -, - livro - são marcados [+ concr] e [- trans]. Em ( 178 ) o N - temor - é marcado [- concr] e [+ trans]. Como já foi explicitado, o N marcado [+ concr] ; [- trans] é indício de que o SP é Adj Adn e com os outros traços, é CN.

### 6.9.3. Nome do Sintagma Nominal Derivado de Base Substantiva

Os nomes derivados de base substantiva não apresentam, em termos de funções sintáticas, características próprias que os distingam dos nomes não derivados. Deste modo, a determinação da função de um SP dominado por um destes N deve ser efetuada através dos mesmos recursos utilizados para os nomes não derivados:

( 179 ) O açucareiro de prata sumiu.

( 179a ) O açucareiro sumir.

( 179b ) O açucareiro ser de prata.

( 179c ) O açucareiro que ser de prata sumir.

O N - açucareiro - é um derivado de outro nome - açúcar -  
O SP - de prata - tem como estrutura profunda a oração relativa [qu + cóp] , sendo que este SP terá a função de Adj Adn.

A oração relativa do tipo: X tem Y também pode ser aplicada com N derivados de base substantiva.

( 180 ) Elisa regou as folhagens do jardim.

( 180a ) Elisa regar as folhagens.

( 180b ) O jardim ter folhagens.

( 130c ) Elisa regar as folhagens que o jardim ter.

~~forma~~ profunda ( 130c ) está indicando que o SP - do jardim - ~~está~~ pelo N derivado de base substantiva - folhagens - ~~exerc~~ de Adj Adn.

Examine-se ainda:

( 131 ) A dentada do bebê machucou meu braço.

( 131a ) A dentada machucar meu braço.

( 131b ) O bebê dar a dentada.

( 131c ) A dentada que o bebê dar machucar meu braço.

~~estrutura~~ profunda ( 131c ) também é indicativa de que o SP ~~está~~ - dominado pelo N derivado de base substantiva - dentada - ~~exerc~~ como Adj Adn.

Portanto, vê-se que os recursos para se identificar a fun- ~~ção~~ SP dominado por um N não derivado, devem ser utilizados ~~em~~ derivados de base substantiva que dominam um SP.

6.9.4. Nome do Sintagma Nominal Derivado de Base Adie- tiva

Observa-se que os adjetivos em português ~~po-~~ marcados [+ trans] ou [- trans]:

( 132 ) Esta flor é bela.

( 133 ) \*Este assunto é referente.

~~posição~~ de um falante nativo não aceitaria a sentença ( 133 ) co- ~~ntinua~~ tical, justamente por estar faltando um complemento do adje- ~~to~~ referente. Quando há uma Tnom, o N originado de um adjeti- ~~vo~~ [-trans] também terá este traço. Esta transitividade é importan- ~~te~~ ~~na~~ ~~de~~ terminação das duas funções do SP:

( 134 ) Osvaldo está apto para este trabalho.

( 134a ) A aptidão de Osvaldo para este trabalho é incontestável.

Ao lado do traço [+ trans] há outro traço característico dos N que regem um CN: [- concr]. Porém, na determinação de função, este traço isoladamente não tem grande validade. Há N marcados [- concr] aos quais seguem SP que exercem a função de Adj Adn e não de CN:

( 135 ) As crianças são belas.

( 135a ) A beleza das crianças.

Adj Adn

É, portanto, o traço [+ trans] o mais importante para se determinar a função de um SP dominado por um N derivado de base adjetiva.

Pode-se ainda tomar a estrutura profunda dos N abstratos de qualidade:

X tem a qualidade Y

e tentar aplicá-la:

( 186 ) A tristeza dos reprovados era notória.

( 186a ) A tristeza ser notória.

( 186b ) Os reprovados ter a Qualidade triste.

A estrutura ( 186b ) indica que - os reprovados - têm como CASO subjacente o agentivo. Quando o SP passar a agentivo na estrutura profunda, ele terá a função de Adj Adn. Quando isto não ocorrer, o SP terá a função de CN:

( 187 ) João mantém lealdade ao seu Clube.

( 187a ) João manter lealdade.

( 187b ) \*O clube de João ter a Qualidade leal.

A estrutura ( 187b ) tornou-se agramatical, por não corresponder ao sentido de ( 187 ). Verifica-se, então, que o SP de ( 187 ) exerce a função de CN.

#### 6.9.5. Nome do Sintagma Nominal Derivado de Base Verbal

A análise dos derivados de base verbal deve ser efetuada, considerando-se os nomes derivados de verbos marcados [- trans] e os marcados [+ trans].

Nos verbos [- trans] é necessário que sejam observadas sentenças de duas estruturas profundas diferentes: as que apresentam uma proposição do tipo:

Prop → VA

onde o verbo vai sofrer Thom, surgindo um N mais um SP, originado de um agentivo subjacente.

( 188 ) A saída de Carlos aborreceu Denise.

( 188a ) Alguma coisa aborrecer Denise.

( 188b ) Carlos sair

A

A sentença profunda ( 188b ) mostra que - Carlos - é o agentivo, logo o SP - de Carlos - será Adj Adn.

O segundo tipo de proposição é:

Prop → VA ( LOC ) ( MOD ) ( INSTR )

em que o verbo sofre Thom e o LOC, MOD ou INSTR se transforma num SP:

( 189 ) As corridas nas estradas têm ocasionado mortes.

( 189a ) Alguma coisa ter ocasionado mortes.

( 189b ) Alguém correr nas estradas.

LOC

O LOC acompanhando um verbo, não implica em transitividade deste. Então, o SP originado de um LOC, MOD ou INSTR terá a função de Adj Adn.

Os N derivados de verbos marcados [+ trans] foram subdivididos por Andréas Elinkenberg<sup>(32)</sup> em:

a) N de sentimento como: ódio, respeito, amor, etc; apresentando a seguinte estrutura: os N são seguidos por um SN agentivo que é precedido de - de - e de um SN objetivo acompanhado por - para -, - por -, etc.:

( 190 ) O ódio dos homens pela guerra é imenso.

( 190a ) Alguma coisa ser imensa.

( 190b ) Os homens odiar a guerra.

( 190c ) A guerra ser odiada pelos homens.

Obj

A

Estes CASOS subjacentes indicam que: - pelos homens - ( A ) origina o SP - dos homens - que será Adj Adn e - a guerra - ( Obj ) dá origem ao SP - pela guerra - que funcionará como CN.

Quando o Obj tem como categoria gramatical um N [+ anim] , poderá surgir mais de uma estrutura profunda. Aproveitando-se o exemplo de Fillmore, mencionado anteriormente, tem-se:

( 191 ) O amor de Deus pelos homens é infinito.

( 191a ) Alguma coisa ser infinito.

( 191b ) Deus amar o homem.

( 191c ) O homem ser amado por Deus.

DAT

A

A estrutura profunda ( 191c ) mostra que o SP - de Deus - é Adj Adn e o SP - pelos homens - é CN.

( 191a' ) Alguma coisa ser infinito.

( 191b' ) O homem amar a Deus.

( 191c' ) Deus ser amado pelo homem.

DAT

A

É esta superficialização de agentivo, dativo ou objetivo com a preposição - de - que ocasiona a ambigüidade em sentenças deste tipo. Não se pode, portanto, precisar a função do SP em tais sentenças fora de um contexto. É o contexto que vai indicar a função do SP.

b) Nomes de ação tais como: ataque, escolha, troca, busca, construção, destruição, etc, que aparecem com a distribuição sintagmática seguinte: os nomes de ação são seguidos de um SN objetivo precedido das preposições: de, a; e de um SN agentivo ao qual precedem as preposições: por, per, etc.

( 192 ) A busca do ouro pelos garimpeiros era intensa.

A indicação da função do SP nos nomes de ação, originados de verbos [+ trans] pode ser efetuada através da Thom aplicada à orações de versão ativa e se versão passiva.

As orações de versão ativa apresentam o SP de superfície funcionando como agentivo na estrutura profunda:

( 193 ) A ajuda do pai foi valiosa para ele.

( 193a ) Alguma coisa ser valiosa para ele.

( 193b ) O pai ajudar Alguém.

( 193c ) Alguém foi ajudado pelo pai.

A

Sabe-se que o agentivo é o instigador da ação verbal e a preposição

que o marca é - por -. Estas características são notadas no SN - o pai -. Logo, o SP de superfície - do pai - ( genitivo-agentivo) terá a função de Adj Adn.

Afirma-se isto, tendo-se em vista que: se o SN é agentivo na estrutura profunda ele não complementa o verbo, logo não poderá ser CN na superfície.

Quando a Thom é aplicada à oração de versão passiva, o SN de profundidade poderá ser o CBJ:

( 194 ) A explicação desta passagem da Bíblia foi interessante.

( 194a ) Alguma coisa ser interessante.

( 194b ) Alguém explicar esta passagem da Bíblia.

( 194c ) Esta passagem da Bíblia ser explicada por Alguém.

CBj

O SN - esta passagem - tem como CASO subjacente o CBJ, sendo um complemento do verbo. Esta complementaridade permanece na estrutura superficial, após a Thom. Por isto, pode-se dizer que o SP - desta passagem - exerce a função de CN.

Quando o N do SP for marcado [- animado], não pode ter como subjecência o CASO agentivo, será sempre o CBJ. Mas, se o nome for [+ animado] duas interpretações são possíveis.

( 195 ) Murilo gostou da apresentação de Ana.

Pode-se colocar primeiramente que a função de - Ana - é a de agente na estrutura profunda:

( 195a ) Murilo gostar de Alguma coisa.

( 195b ) Ana apresentar Alguma coisa.

( 195c ) Alguma coisa ser apresentada por Ana.

A



Sendo que o SP - de Ana - será Adj Adn.

Por outro lado é possível dizer-se que - Ana - será o DAT na subjacência.

( 195a ) Murilo gostar de Alguma coisa.

( 195b ) Alguém apresentar Ana.

( 195c ) Ana ser apresentada por Alguém.

DAT

Aqui se vê que a função de - Ana - na superfície será a de CN. As duas possíveis interpretações ocasionam ambigüidade que só poderá ser desfeita dentro de um contexto mais amplo.

### CONCLUSÕES

Esta análise mostrou que a gramática gerativa - transformacional proporciona um método de trabalho mais eficiente, do que a gramática normativa. Foi através deste método de trabalho que se pôde alcançar os objetivos propostos.

A primeira indagação foi a de que, se realmente há SP com funções diferentes na estrutura de superfície. Para se obter uma resposta, procurou-se a origem do SP. A pesquisa efetuada revelou que há várias estruturas profundas para o SP. Testando-se estas estruturas profundas, observa-se que umas poderiam ser a origem de um determinado SP, outras não. Donde se conclui que esta diversidade de origem do SP, vai ocasionar a diversidade de função na estrutura de superfície, havendo realmente um SP com a função de Adj Adn e outro com a de CN. Chegando-se a esta conclusão procurou-se determinar que estruturas profundas originam o SP na função de Adj Adn ou CN.

Para efeito de análise, observou-se que a categoria gramatical mais importante para determinar a função do SP são as que o dominam, isto é, SN, SA e SAdv.

Quando o SP for dominado por SA ou SAdv, aquele terá sempre a função de CN. Esta afirmação baseia-se no seguinte fato: um SP na função de Adj Adn tem uma equivalência adjetiva. As regras de reescritura mostram que as categorias gramaticais SA ou SAdv nunca dominam uma categoria de equivalência adjetiva. Além disso, o corpus demonstrou que os SA e SAdv seguidos de SP são sempre marcados [+ trans], indicando que o SP que dominam é um complemento.

Quando a categoria dominante do SP era um SN, houve-se por

bem, analisar separadamente as estruturas profundas dos N não nominalizados e dos nominalizados que compõem o SN. Esta separação foi efetuada, visto constatar-se que os N nominalizados, principalmente, os de base verbal, têm estruturas profundas diversas dos não nominalizados.

A preocupação maior deste trabalho foi a de determinar qual estrutura profunda origina o SP na função de Adj Adn e qual na de CN. Concluiu-se então que as seguintes estruturas profundas:

- 1) Oração relativa do tipo [qu + cóp]
- 2) Oração relativa do tipo X tem Y
- 3) Oração relativa com outros verbos

dão origem ao SP na função de Adj Adn quando:

- a) o N do SN for um não nominalizado marcado [- trans] , [+ concr]
- b) o N do SN for um nominalizado de base substantiva.

Quando houver um N não nominalizado, mas nenhuma das estruturas profundas acima servem para o SP que ele domina, é indício de que este SP terá a função de CN.

Deve-se observar ainda que N deste tipo têm um traço inerente [+ trans].

Para os N nominalizados de base adjetiva, a estrutura profunda indicativa de que o SP exerce a função de Adj Adn é:

- 4) X ter a Qualidade Y.

Se o N for nominalizado de base adjetiva, mas a estrutura profunda do tipo 4) não serve como origem do SP, pode-se concluir que a função deste é de CN. Acrescente-se também que os N tem sempre o traço [+ trans].

Para os N nominalizados de base verbal, tomou-se como estrutura profunda:

### 5) Alguma coisa ser feita por Alguém.

Se o SP de superfície toma na estrutura profunda o lugar de - por alguém - então o referido SP terá a função de Adj Adn. Se ocupar a posição de - Alguma coisa - funcionará como CN.

Nos nominalizados de base verbal quando o SP é reescrito por uma preposição mais um N que admite o traço [+ anim] poderá haver duas estruturas profundas. Uma indicará que o SP tem a função de Adj Adn, outra que o SP funcionará como CN. Nestas situações só o contexto poderá indicar qual a exata função daquele SP.

Tomou-se ainda subsídios da Teoria dos CASOS Profundos e de onde se deduziu que:

a) Se o SP tiver como CASOS subjacentes o agentivo, locativo, instrumental, modal, comitativo, a função do SP será a de Adj Adn.

b) Se o SP tiver na subjacência os CASOS dativo ou objetivo, ele funcionará como CN.

Por fim, a hipótese lexicalista no processo da nominalização pode também auxiliar na determinação da função do SP. Se um N, Adj ou Adv forem cognatos de um verbo marcado [+ trans], este traço também é comum àquelas categorias. E este traço estaria indicando que o SP que as referidas categorias dominam, desempenhará a função de CN.

Tentando-se generalizar uma regra para determinar a função de um SP, poderia dizer-se que: quando for possível dar como estrutura profunda do SP um dos três tipos de oração relativa, a função do referido SP será de Adj Adn. Quando isto não puder ser efetuado, o SP exercerá a função de CN.

Finalizando esta dissertação, que se acredita ter alcançado os objetivos propostos, sugere-se como matéria, para ser detalha

damente analisada em outro trabalho, a questão da oração relativa restritiva e explicativa.

## NOTAS DO VI CAPÍTULO

( 28 ) Substantivos Derivados de Base Verbal. 1974, p. 66.

( 29 ) Esta afirmação baseia-se no seguinte trecho:

"Se nos permitimos usar os termos Objeto, Instrumental e Agente, podemos descrever a sintaxe do verbo "open"-abrir-assim: este verbo requer um Objeto, e tolera um Instrumental e ou um Agente. Se se dá somente o Objeto, o substantivo Objeto passa automaticamente a ser sujeito. Se se dá mais um Instrumental, tanto o substantivo Objeto como ele substantivo Instrumental podem passar a ser sujeito, como se vê nas orações ( 5 ) e ( 6 ):

( 5 ) This key will open the door

Esta chave abrirá a porta.

( 6 ) The door will open with this Key.

A porta abrirá com esta chave."

( Fillmore, Charles J. Uma Teoria Moderna de Los Casos)

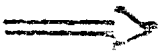
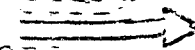
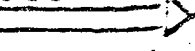


( 30 ) O termo - nome - e sua respectiva abreviatura - N - refere-se, daqui por diante, a - nome substantivo -.

( 31 ) Licções de Português nella Análise Sintática, p. 117.

( 32 ) ROWET, Nicolas. Introduction à La Grammaire Générative. Plon. Paris. 1968, p. 216.

# SÍMBOLOS UTILIZADOS

.....	- Agentivo
j.....	- Adjetivo
J Adn.....	- Adjunto Adnominal
v.....	- Advérbio
irm.....	- Afirmativo
t.....	- Artigo
ux.....	- Auxiliar
l.....	- Complemento Nominal
onst.....	- Constituinte
óp.....	- Cópula
AT.....	- Dativo
EE.....	- Descrição Estrutural
Def.....	- Definido
Dem.....	- Demonstrativo
Det.....	- Determinante
GV.....	- Grupo Verbal
Imp.....	- Imperativo
Indef.....	- Indefinido
Inf.....	- Infinitivo
INSTR.....	- Instrumental
LOC.....	- Locativo
M.....	- Modal
Masc.....	- Masculino
ME.....	- Mudança Estrutural
N.....	- Nome
Ndr.....	- Nominalizador
Num.....	- Numeral
OBJ.....	- Objetivo
Pass.....	- Passado
PosArt.....	- Pós-Artigo
Poss.....	- Possessivo
PreArt.....	- Pré-Artigo
Pres.....	- Presente
ProInt.....	- Pronome Interrogativo
ProR.....	- Prnome Relativo
Quanta.....	- Quantificador Absoluto
QuantR.....	- Quantificador Relativo
Rel.....	- Relativo
S.....	- Sentença

SA.....	-	Sintagma Adjetival
Sing.....	-	Singular
SN.....	-	Sintagma Nominal
SP.....	-	Sintagma Preposicional
SV.....	-	Sintagma Verbal
T ou 	-	Transformação
Tap.....	-	Transformação de apactamento
Te.....	-	Tempo
Tenc.....	-	Transformação de Encaixamento
Tnom.....	-	Transformação de Nominalização
Tobrig ou 	-	Transformação Obrigatória
Tope ou 	-	Transformação Opcional
V.....	-	Verbo
ε.....	-	Estrutura Básica Inicial
+ . ou 	-	Concatenação
#.....	-	Fronteira de Palavra ou Oração
	-	Sinal de Reescritura
∅.....	-	Zero



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROFESSOR ( )

NÍVEL MÉDIO ( )

ESTUDANTE ( )

NÍVEL SUPERIOR ( )

.. A inexperiência da mocidade ocasiona a sua originalidade.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. O centro da sala não está bem arrumado.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. No centro da sala há uma falha.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. Comprei um par de luvas.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. O pássaro voa sobre os campos de trigo.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. As viagens espaciais abriram um novo campo de pesquisas.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. Necessito de auxílio da religião.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. O auxílio aos necessitados é urgente.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. Seus conhecimentos de fonética são sólidos.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. A ação é o fruto do conhecimento humano.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. Tenho profundo conhecimento do caso.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. Fizeste-me esquecer as dificuldades do caminho.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

.. Compreendi imediatamente as explicações do professor.

- ) Adjunto adnominal ( ) Tem certeza  
 ) Complemento nominal ( ) Está em dúvida

explicação desta passagem da Bíblia foi interessante.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

entaram o hino à árvore.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

iniciamos a luta contra o mal.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

dois travam uma luta de morte.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

este jovem rejeitou a minha ajuda.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

a ajuda do pai foi valiosa para ele.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

a queixa contra o juiz é falsa.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

a queixa maliciosa é falsa.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

o agradecimento aos presentes foi feito pelo orador.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

o orador fez um agradecimento sincero.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

desenhou o mapa de todas as pátrias.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

o progresso do Brasil foi perceptível.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

dedicou-se ao seu progresso na escultura.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

o presente foi um presente de rei.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

ele estava presente a todos os atos de inauguração.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida.

a invenção de palavras é uma das características de Guimarães Rosa.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

a invenção de Santos Dumont abriu caminho à era interplanetária.

junto adnominal ( ) Tem certeza  
 complemento nominal ( ) Está em dúvida

o verbo distingue o adjunto adnominal do complemento nominal ?

## B I B L I O G R A F I A

- BACH, Emmon. Nouns and Noun Phrases. In: Bach e Harms eds. Universals in Linguistic Theory. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- BARBARA, Leila. Sintaxe Transformacional do Modo Verbal. São Paulo, Ed. Ática, 1975.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 2ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. Lições de Português pela Análise Sintática. 9ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1972.
- BORBA, Francisco da Silva. Pequeno Vocabulário de Linguística Moderna. São Paulo, Ed. Nacional e Ed. da USP, 1971.
- BURT, Marina K. From Deep to Surface Structure An Introduction to Transformational Syntax. New York, Harper e Row, Publishers, 1971.
- CAMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de Filologia e Gramática. 3ª ed., Rio de Janeiro, Ed. J. Ozon, 1968.
- CHOMSKY, Noam. Syntactic Structures. 6ª ed., Paris, The Hague, Mouton, 1966.
- \_\_\_\_\_. Current Issues In Linguistic Theory. Paris, The Hague, Mouton, 1964.
- \_\_\_\_\_. Aspectos de La Teoria de La Sintaxis. Madrid, Ed. Aguilar, 1971. Tradução de C.P. Otero, 1965.
- \_\_\_\_\_. Linguística Cartesiana. Petrópolis, Ed. Vozes, 1972.
- \_\_\_\_\_. Remarks on Nominalization. In: Jacobs e Rosenbaum eds. Readings in English Transformational Grammar, 1970.

- \_\_\_\_\_. Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation. In: Steinberg e Jakobovitz eds. Semantics. 1971.
- CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, MEC, FENAME, 1973.
- DEQUI, Francisco. Sintagmática. Porto Alegre, Ed. Emma, 1974.
- DUBOIS, Jean. Grammaire Structurale du Français. Nom et Pronom. Paris, Larousse, 1965.
- \_\_\_\_\_. Grammaire Structurale du Français. La Phrase et les Transformations. Paris, Larousse, 1969.
- DUBOIS, Jean & DUBOIS-CHARLIER, Françoise. Éléments de Linguistique Française. Syntaxe. Paris, Larousse, 1970.
- DUBOIS-CHARLIER, Françoise. Éléments de Linguistique Anglaise. La Phrase Complexe et les Nominalisations. Paris, Larousse, 1971.
- FALK, Julia Sableski. Nominalizations in Spanish. University of Washington, 1968.
- FILMORE, Charles J. The Case for Case. In: Bach e Harms eds. Universals in Linguistic Theory. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1968.
- \_\_\_\_\_. Toward a Modern Theory of Case. In: Readings in Transformational Grammar. Prentice-Hall, INC., Englewood Cliffs, New Jersey, 1971.
- FRASER, Bruce. Some Remarks on The Action Nominalization in English. In: Jacobs e Rosenbaum eds. Readings in English Transformational Grammar, Waltham, Massachusetts, Ginn and Co., 1970.
- GREENE, Judith. Psycholinguistics - Chomsky and Psychology Middlesex, Penguin Books Inc., 1973

JACOBS, Roderick A. & ROSENBAUM, P. English Transformational Grammar. Waltham, Mass. Blaisdell, 1968.

KATO, Mary Aizawa. A Semântica Gerativa e o Artigo Definido. São Paulo, Ed. Ática, 1974.

KATZ, Jerrold J. & POSTAL, P. M. An Integrated Theory of Linguistic Descriptions. Cambridge, Massachusetts, M.I.T. Press, 1964.

LAKOFF, George. Irregularity in Syntax. New York, Holt, Rinehart and Winston Inc., 1970.

LEES, Robert B. The Grammar of English Nominalizations. 5ª ed. 1968. The Hague, Mouton, 1960.

LIMA, C. H. da Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 15ª Ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1972.

LYONS, John. As Idéias de Chomsky. São Paulo, Ed. Cultrix, 1973.

NIVETTE, Joseph. Princípio de Gramática Gerativa. São Paulo, Pioneira, 1975. Tradução de Nilton Vasco da Gama.

POERSCH, José Marcelino. Gênese e Redução da Oração Relativa. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. PUC, 1973.

RODRIGUES, Ada Natal. O Dialeto Caipira na Região de Piracicaba. São Paulo, Ed. Ática, 1974.

ROSENBAUM, Peter S. The Grammar of English Predicate Complement Constructions. Cambridge, Massachusetts. M.I.T. Press, 1967.

ROSS, John R. A Proposed Rule of Tree Pruning. In: Reibel e Schane eds. Modern Studies in English. Readings in Transformational Grammar. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall Inc., 1969.

\_\_\_\_\_. Adjectives As Noun Phrase. In: Reibel e Schane eds. Modern Studies in English. Readings in Transformational Grammar. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall Inc., 1969.

RUMET, Nicolas. Introduction à la Grammaire Générative. Paris, Plon, 1968.

SMITH, Carlota S. Determiners and Relative Clauses in a Generative Grammar of English. In: Reibel e Schane eds. Modern Studies in English. Readings in Transformational Grammar. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall Inc., 1969.

STOCKWELL, Robert et alii. The Major Syntactic Structures of English. Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York, 1973.

TONDO, Nádia Vellinho. Uma Teoria Integrada da Comunicação Linguística. Introdução à Gramática Transformacional. Porto Alegre, Ed. Sulina, 1973.

VOTRE, Sebastião Josué. Substantivos Derivados de Bases Verbais. Abordagem Transformacional. Dissertação de Mestrado. PUC-RS, Porto Alegre, 1974

\_\_\_\_\_. Introdução às Estruturas do Português - Abordagem Transformacional. Porto Alegre. Ed. Emma, 1975.